

A INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE: O CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL COMO MEDIADOR?

Dissertação de Mestrado

Vânia Catarina Alegre Calhoa

Trabalho realizado sob a orientação de

Professora Doutora Susana Manuela Franco Faria de Sousa

Leiria, setembro de 2017

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, aos meus pais, pela força, compreensão e por acreditarem em mim ao longo deste percurso.

Aos meus avós, por todo o apoio dado ao longo desta etapa, sem eles não seria possível.

Às minhas colegas de trabalho, Daniela e Sónia, e à técnica Susana Chambel do Centro de Reabilitação Profissional do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, pela disponibilidade, apoio e força.

À Professora Doutora Susana Manuela Franco Faria de Sousa, pela orientação, paciência e dedicação.

Aos meus amigos, que sempre me incentivaram a continuar e a nunca desistir.

Por fim, à minha madrinha, que, acima de tudo, me ensinou a manter a calma em momentos difíceis.

A todos, um sincero obrigado!

RESUMO

A inclusão social de pessoas com deficiência e incapacidade constitui um dos problemas sociais que ocupam, atualmente, grande espaço de discussão e análise no campo da ação social. A formação profissional é considerada uma ferramenta importante para este processo, visando a independência económica, valorização e realização pessoal, uma vez que fomenta a integração destes indivíduos no mercado de trabalho, um dos pilares da inclusão social.

O presente estudo teve como objetivo analisar qual o papel da formação profissional enquanto instância mediadora no processo de inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade. A investigação foi realizada no Centro de Reabilitação Profissional do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, através do estudo de um grupo de jovens que se encontrava a dar início à fase de aprendizagem em contexto de trabalho integrada no percurso de formação profissional de nível C.

Os resultados demonstram que a integração na formação profissional constitui um processo facilitador para a inclusão social destes jovens, tendo em conta que nela se trabalham competências profissionais, mas também relacionais, comportamentais e sociais.

A formação profissional, para além de aumentar as possibilidades de integração no mercado de trabalho, estimulando as capacidades destes jovens, aumenta, de igual modo, a capacidade destes se relacionarem e viverem em sociedade, pois foi possível verificar, nas entrevistas realizadas, que a maioria dos jovens considera ter desenvolvido a capacidade de se relacionar com o outro.

A nível de expectativas e objetivos de vida, a formação profissional surge como uma ferramenta igualmente importante para estes jovens, uma vez que muitos deles integram a formação profissional sem qualquer motivação, e sem expectativas e objetivos de vida sólidos e consistentes.

No que concerne à integração de jovens com deficiência e incapacidade no mundo laboral, os resultados demonstram que este não é um processo fácil. Efetivamente, as entidades colaboram com o Centro de Reabilitação Profissional no acolhimento dos jovens em contexto de estágio, no entanto, quando nos referimos à integração em contrato de trabalho, aferimos que este ‘salto’ não ocorre com a frequência desejada.

Palavras-chave

Deficiência; formação profissional; incapacidade; mediação; inclusão social; mercado de trabalho.

ABSTRACT

The social inclusion of people with disabilities and disability is one of the social problems that currently occupy a large space for discussion and analysis in the field of social action. Vocational training it is considered an important tool for this process, aiming at economic independence, valorization and personal fulfilment, since it fosters the integration of these individuals in the labor market, one of the pillars of social inclusion.

This study aimed to analyze the role of vocational training as a mediator in the process of social inclusion of young people with disabilities and disability. The research was conducted at the Center for Vocational Rehabilitation of Abrantes Recovery and Integration Center, through the study of a group of young people is to initiate the learning phase in integrated working environment in vocational training route level C.

The results show that integration into vocational training is a facilitating process for the social inclusion of these young people, taking into account that they work as well as relational, behavioral and social skills.

Vocational training, in addition to increasing the integration possibilities in the labor market, encouraging the skills of these young people, increases likewise, their ability to relate and live in society, it was possible to verify, in interviews conducted, which most young people considers have developed the ability to relate to each other.

To the level of expectations and life goals, the vocational training appears as an equally important tool for these young people, since many of them integrate vocational training without any solid motivation, and expectations and life goals. Concerning the integration of young people with disabilities and disabilities in the world of work, the results show that this is not an easy process.

Effectively, the entities collaborate with the vocational rehabilitation center in welcoming the young people in stage context, however, when

referring to the integration in the labor contract, we note that this 'jump' does not occur with the desired frequency.

Key Words

Deficiency; professional qualification; inability; mediation; social inclusion; job market

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
ÍNDICE DE QUADROS.....	ix
ABREVIATURAS	x
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	7
1. A DEFICIÊNCIA.....	7
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	8
1.2. CONCEITOS E TIPOS DE DEFICIÊNCIA.....	10
1.3. A DEFICIÊNCIA MENTAL.....	11
1.4. MODELOS DA DEFICIÊNCIA	13
1.5. CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE	16
2. INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE: O CONTRIBUTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
2.1. INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NA DEFICIÊNCIA.....	18
2.2. EMPODERAMENTO: UMA ESTRATÉGIA FACILITADORA PARA A INCLUSÃO.....	23
2.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE E A INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	25
2.4. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O SEU CONTRIBUTO.....	31
3. MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL COMO MEIOS FACILITADORES DA INCLUSÃO SOCIAL	34
PARTE II – METODOLOGIA	39
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO EMPÍRICO.....	40
4.1. OBJETIVOS DO ESTUDO	40
4.2. O PARADIGMA INTERPRETATIVO-FENOMENOLÓGICO	41
4.3. O MÉTODO DO ESTUDO DE CASO.....	43
5. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	44
5.1. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	44
5.2. SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	46

5.3. TRATAMENTO DOS DADOS	48
PARTE III – RESULTADOS	51
6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS	52
6.1. A TÉCNICA DE APOIO AOS ESTÁGIOS E FORMADORA POLIVALENTE 52	
6.2. JOVENS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE INTEGRADOS NO CRP56	
6.3. ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE QUE INTEGRAM O CRP	60
6.4. EMPRESÁRIOS/EMPREGADORES LOCAIS	65
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	71
CONCLUSÕES	78
BIBLIOGRAFIA	82
APÊNDICES	1
APÊNDICE 1	2
APÊNDICE 2	6
APÊNDICE 3	9
APÊNDICE 4	12
APÊNDICE 5	15
APÊNDICE 6	19
APÊNDICE 7	22
APÊNDICE 8	27
APÊNDICE 9	29
APÊNDICE 10	30

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização sociodemográfica da técnica do CRP do CRIA	44
Quadro 2. Caracterização sociodemográfica dos jovens com deficiência e incapacidade	45
Quadro 3. Caracterização sociodemográfica dos encarregados de educação	46
Quadro 4. Caracterização sociodemográfica dos empresários/empregadores locais	46

ABREVIATURAS

CERCI (Cooperativas de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade);

CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde);

CRP (Centro de Reabilitação Profissional);

CRIA (Centro de Recuperação e Integração de Abrantes);

OMS (Organização Mundial da Saúde);

IAS (Indexante de Apoios Sociais);

IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);

IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social);

QI (Quociente de Inteligência).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação enquadra-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Este trabalho pretende abordar questões relacionadas com a inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade, mais propriamente, analisar o contributo do Centro de Reabilitação Profissional neste sentido. Ora, falando de formação profissional, será inevitável uma análise à questão da empregabilidade da pessoa com deficiência e incapacidade, realçando que a vertente do emprego consiste atualmente num dos fatores mais importantes no que concerne à inclusão social destes indivíduos.

A história da noção de deficiência e da vida das pessoas com deficiência passou por profundos percursos de ignorância, crenças e superstições, de teorias pseudocientíficas, nas quais se encontram enraizadas algumas das atitudes e dos atos discriminatórios que ocorrem nos dias de hoje (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2006).

De acordo com Mercer e Shakespeare (1999), in Santos (2014), os comportamentos e atitudes face ao tema da deficiência desenvolveram-se através de cinco fases distintas que discutiremos adiante. Atualmente vivenciamos a fase da inclusão, sendo esta uma fase que se encontra longe de ser entendida de forma inequívoca por toda a sociedade.

Ainda hoje, desigualdade promove a discriminação das pessoas com deficiência e incapacidade, fomentando situações socialmente desfavorecidas, que acabam por se constituir em fator de exclusão social. A visão tradicional da deficiência como um estado que altera a essência da pessoa está, portanto, associada à construção social e profissional de uma imagem que tem tendência a ser desvalorizadora e estigmatizante, provocando efeitos segregadores, sobretudo ao nível da educação e do emprego.

Neste contexto, as sociedades devem criar condições para que todos os indivíduos possam viver plenamente (Crespo, 2013). Criar condições requer a existência de sistemas e de políticas de apoio a vários níveis - informação, assistência pessoal, transportes,

acessibilidades, emprego, educação, formação, subsídios quando aplicáveis e a defesa plena de direitos.

Segundo o 1º plano de ação para a integração da pessoa com deficiência ou incapacidade, o sector da reabilitação das pessoas com deficiência tem vindo a constituir-se num campo pautado pela inovação, com o objetivo da construção de uma sociedade mais coesa e com uma maior qualidade (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

Neste sentido, consideramos que o sistema de apoio à formação e ao emprego das pessoas com deficiência constitui uma boa utilização de apoios comunitários no que concerne à promoção das oportunidades dos grupos mais desfavorecidos, ao crescimento da oportunidade de emprego, ao direito de cidadania e ao rendimento autónomo.

Não obstante, o efetivo bem-estar e pleno exercício dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e incapacidade encontra-se longe de ser uma realidade, continuando a persistir uma imagem desvalorizada das pessoas que têm diferentes tipos e graus de limitações nas suas atividades.

Segundo Maciel (2000), cada deficiência desperta um tipo de comportamento, suscitando diferentes reações. As deficiências físicas causam uma apreensão mais intensa, uma vez que têm maior visibilidade, enquanto a deficiência mental e auditiva, são menos percebidas. Em todo o caso, persistem barreiras que devem ser eliminadas, o que vai da adaptação de ambientes físicos à transformação de representações sociais, não apenas das representações face ao deficiente, mas também da pessoa portadora da deficiência e incapacidade, de modo a que esta persiga a efetivação dos seus direitos enquanto cidadã, em busca da desejada inclusão social (Oliveira, et al., 2005).

Enquanto estratégias de intervenção junto desta população, a mediação intercultural e a intervenção social ocupam lugares de destaque. Assumem-se como áreas de intervenção, onde os técnicos da área social desempenham funções como prestar suporte e aconselhamento, capacitar o indivíduo e ser mediador e facilitador na relação entre os indivíduos e a sociedade.

Deste modo, o problema levantado no presente trabalho prende-se com Deste modo, o objetivo geral do estudo centrou-se em compreender o contributo do centro de reabilitação

profissional enquanto mediador no processo de inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade. Tal suscitou a definição dos seguintes objetivos específicos: compreender de que modo a formação profissional contribui para o processo de inclusão social de jovens portadores de deficiência e incapacidade; compreender em que medida a inserção num centro de reabilitação profissional influencia as oportunidades de inserção no mercado de trabalho de jovens portadores de deficiência e incapacidade; compreender o papel da reabilitação profissional na formulação de expectativas de vida e de realização pessoal destes jovens; e, por fim, compreender a perceção que os atores sociais envolvidos na reabilitação profissional têm do seu contributo para a integração social.

Uma vez que se pretende uma aproximação profunda a uma determinada realidade, a metodologia utilizada enquadra-se no paradigma interpretativo-fenomenológico, privilegiando a abordagem qualitativa. Neste sentido, a presente investigação apresenta-se como um estudo de casos, centrando-se na entrevista como técnica central de recolha dos dados.

Por conseguinte, a parte empírica do trabalho foi desenvolvida no Centro de Reabilitação Profissional do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes - CRIA, com um grupo de jovens portadores de deficiência e incapacidade de carácter mental, que se encontravam à data do início da recolha dos dados a terminar o seu percurso de reabilitação e formação profissional de nível C.

Por forma a recolher uma maior diversidade de informação sobre o grupo em estudo, foram, de igual modo, integrados na presente investigação a técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente do Centro de Reabilitação Profissional – CRP, os encarregados de educação do grupo em estudo e, ainda, um grupo de cinco empresários/empregadores locais, com o objetivo de aferir a visão destes atores sobre a inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade integrados no CRP.

Para os jovens com deficiência e incapacidade, a integração no CRP constitui uma mudança positiva nas suas histórias de vida. O trabalho desenvolvido no CRP é um trabalho de proximidade que tem vindo a fomentar, para além da vertente profissional, competências relacionais, comportamentais e sociais.

A nível profissional, proporciona aos jovens com deficiência e incapacidade a aquisição de competências numa determinada área, possibilitando o aumento de oportunidades de integração no mercado de trabalho. Através do estágio/aprendizagem em contexto de trabalho, os jovens têm a oportunidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o processo de reabilitação profissional, permitindo, também, que estes possam conhecer a realidade do mercado de trabalho.

De acordo com o estudo realizado, importa referir que a integração destes jovens no mercado de trabalho constitui um processo difícil. As causas apontam para diversas direções, como o estigma, a falta de crença nas capacidades dos jovens e as elevadas exigências que caracterizam o mercado de trabalho atual.

Não obstante, o Centro de Reabilitação Profissional, através do trabalho que desenvolve contribui para a inclusão social dos jovens com deficiência e incapacidade, na medida em que trabalha questões e desenvolve competências que facilitam o estabelecimento de uma ponte para a vida em sociedade. Neste aspeto, o papel dos técnicos do CRP, revela-se fundamental, pelo acompanhamento próximo assegurado durante todo o percurso formativo do jovem, ao mesmo tempo que promove, junto das entidades empregadoras locais e do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, estratégias para uma posterior integração no mercado de trabalho.

Assim, o presente trabalho irá dividir-se em três partes. A primeira parte resulta uma revisão de literatura abordando conceitos e contributos que se consideram relevantes para o problema de investigação em causa. Por conseguinte, o enquadramento teórico tem início com uma introdução ao tema da deficiência, englobando a sua contextualização histórica, a explicitação de conceitos e tipos de deficiência e uma discussão sobre a deficiência mental e os modelos da deficiência, com referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. Seguidamente, discute-se a inclusão social da pessoa com deficiência e incapacidade, dando ênfase ao contributo da formação profissional. Para tal, aborda-se a inclusão social e os direitos humanos; o empoderamento¹ como uma estratégia facilitadora para a inclusão; a integração no mercado de trabalho e as principais medidas de apoio à contratação de pessoas com deficiência; a formação profissional e o seu contributo para a inclusão social. Por fim, indo ao encontro da área

¹ *Empowerment*

específica do presente mestrado, reflete-se sobre mediação e intervenção social como meios facilitadores para a inclusão social.

Após o enquadramento teórico, que se considera imprescindível para a compreensão clara e concisa do estudo apresentado, a segunda parte desta dissertação pretende realizar o enquadramento empírico da investigação.

Deste modo, começa por expor a metodologia de investigação desenhada, apresentando o problema de estudo e os objetivos específicos formulados. Para uma contextualização metodológica adequada, engloba uma abordagem ao paradigma interpretativo-fenomenológico, enquadrando a investigação qualitativa e o método de estudo de casos. Seguidamente, esclarece-se a escolha do grupo analisado, as técnicas de recolha de dados utilizadas e o modo como se procedeu ao tratamento dos dados obtidos.

Na terceira parte da dissertação, são apresentados, por categorias de análise, os resultados obtidos nas entrevistas realizadas. Para uma contextualização do grupo, a apresentação dos resultados inicia-se com a entrevista à técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente do CRP. Posteriormente, apresentam-se os resultados das entrevistas ao grupo de jovens com deficiência e incapacidade, e, por forma a aprofundar a compreensão do grupo, os resultados das entrevistas aos encarregados de educação. Por fim, apresentam-se os resultados obtidos junto dos empresários/empregadores locais de modo a obter uma perspetiva diversificada sobre os jovens com deficiência e incapacidade. Segue-se a discussão e análise dos dados obtidos, por forma a evidenciar os resultados obtidos por meio da triangulação dos dados recolhidos.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A DEFICIÊNCIA

Para uma compreensão adequada do tema da inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade, entende-se necessário iniciar o enquadramento teórico com uma abordagem ao conceito da deficiência, por forma à compreensão do tema. Primeiramente, apresentar-se-á uma breve contextualização histórica da deficiência, fazendo, de seguida, referência ao conceito e tipos de deficiência existentes.

De acordo com os objetivos do presente trabalho de investigação, considera-se importante aprofundar a deficiência mental/intelectual, bem como os vários modelos de abordagem à deficiência que têm um papel fulcral no modo de atuação da sociedade em relação aos indivíduos portadores da mesma.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O modo como a deficiência é encarada pela sociedade tem vindo a sofrer alterações com o passar do tempo, acompanhando a evolução das necessidades do ser humano e da própria sociedade.

Mercer e Shakespeare (1999), in Santos (2014), confirmam que os comportamentos e atitudes da sociedade face à problemática da deficiência apresentam variações ao longo do tempo, tendo a evolução do estatuto de deficiente passado por cinco fases distintas: separação, proteção, emancipação, integração e inclusão.

A fase da **separação** é marcada pela existência de duas vias alternativas, nomeadamente a via da *aniquilação*, que consistia na eliminação dos indivíduos sem capacidade de autossustentação nas sociedades primitivas, e a via da *veneração*, visto que algumas sociedades divinizavam o cego, considerando-o exorcista, adivinho ou leitor da sina (Freire, 2009).

Com o desenvolvimento das religiões monoteístas, surge a fase da **proteção**, caracterizada pela criação de asilos, hospitais e hospícios para deficientes. Nesta fase acreditava-se que os deficientes tinham poderes especiais e que tratá-los bem permitiria ter as graças desejadas de Deus.

A industrialização da sociedade e o aparecimento de pessoas portadoras de deficiência ilustres estimularam a organização de uma educação especial para estes indivíduos e, paralelamente, a conquista de legislação como cidadãos de pleno direito. Assim se

inaugurou uma nova fase, marcada pela **emancipação** (Freire, 2009). Segundo Lowenfeld (1973), in Freire (2009), na civilização ocidental, o matemático Nicholas Sanderson, o professor da Universidade de Cambridge, o engenheiro civil John Metcalf, e a cantora e pianista Maria Teresa Von Paradis, juntamente com os trabalhos de Rousseau sobre a filosofia social e educativa, deram um novo impulso à Educação de Deficientes. Não obstante, os estudos realizados por Binet, no campo da psicomетria, concluíram que a inteligência não podia ser melhorada, tendo surgido a ideia de que a criança deficiente seria fruto das classes sociais mais desfavorecidas, constituindo um perigo para a sociedade. Tal terá constituído um passo atrás, no sentido da segregação dos indivíduos portadores de deficiência.

No campo da deficiência, a 1ª e a 2ª Guerra Mundial trouxeram um número elevado de homens com deficiência, que contribuíram para uma mudança radical na filosofia da Educação Especial e da Reabilitação. De acordo com Malhado (2013), estes novos deficientes eram vistos como heróis vindos da guerra, existindo uma maior preocupação em criar serviços que prestassem apoio a esta população.

É nos finais da década de 60 do século XX que ganha força, pelas mãos de Bank-Mikkelsen e de outros pedagogos, o movimento da normalização, que pretendia aproximar, o mais possível, a pessoa portadora de deficiência a uma vida “normal”, passando esta a ser incluída no ensino regular, com um acompanhamento especializado (Malhado, 2013). O reconhecimento dos direitos humanos e legais da pessoa portadora de deficiência, com a Declaração dos Direitos dos Deficientes Mentais pelas Nações Unidas, em 1971, constitui o corolário de uma nova fase, de **integração**, que difere da inclusão.

No campo educativo começa a desenhar-se, atualmente, uma quinta fase, marcada pela **inclusão**, mas que está longe de ser vivenciada pela totalidade da sociedade. Esta pressupõe a existência de uma educação inclusiva, onde as escolas devem tentar responder às necessidades de todos os alunos, de modo individual, revendo a organização do próprio currículo. Esta prática opõe-se à prática da separação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, fundada sobre o princípio da igualdade, e tem como objetivo principal fornecer a todas as crianças e jovens a mesma educação independentemente das suas diferenças, dificuldades ou problemas.

1.2. CONCEITOS E TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Atualmente a Organização Mundial da Saúde – OMS define pessoas portadoras de deficiência como aquelas que, por alguma condição motora, sensorial ou mental, se vêm limitadas em viver plenamente. Contudo, segundo Casanova (2008), in Figueira (2012), tendo em conta os paradigmas teóricos do modelo social e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde quando nos referimos a deficiências, acabamos por falar em deficiências e incapacidades.

De forma a clarificar estes conceitos, tornando possível a promoção da saúde mais clara e concreta, a OMS fez a distinção entre estes, considerando a deficiência como a restrição ou falta de capacidades para desenvolver habilidades consideradas normais para o ser humano. A incapacidade, por sua vez, é definida como uma desvantagem individual, que resulta do impedimento ou da deficiência, acabando por limitar ou impedir o cumprimento e desempenho de um papel social de caráter temporário ou permanente (OMS, 2011).

Podemos identificar vários tipos de deficiência:

Deficiência Visual: Caracteriza-se na perda total ou parcial da visão, podendo ser ou não definitiva. As crianças portadoras de deficiência visual têm várias características, necessitando de professores especializados, adaptações curriculares e de materiais adicionais de ensino que possibilitem a aquisição de um nível de desenvolvimento proporcional às suas capacidades.

Deficiência motora: Consiste numa disfunção física ou motora, a qual poderá ser de caráter congénito ou adquirido. As alterações dos seus movimentos podem ter origem tanto nos grupos musculares como na estrutura óssea ou em anomalias do sistema nervoso central.

Deficiência mental: Consiste na presença de um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, manifestando-se antes dos 18 anos de idade com limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidados pessoais, atividades académicas, saúde, lazer e trabalho (Moreira, 2011).

Deficiência auditiva: É conhecida como surdez, consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir.

1.3. A DEFICIÊNCIA MENTAL

No que concerne ao conceito de deficiência mental, que nos interessa no presente trabalho desenvolver devido às características do público-alvo analisado em função do objeto de estudo, este ainda é, segundo Malhado (2013), um campo caracterizado por diferenças de opiniões entre autores e organismos científicos.

Deste modo, são várias as correntes que pretendem explicar e definir a deficiência, baseando-se para tal em campos científicos e profissionais distintos, tornando-se inevitável que cada corrente defina e proponha linhas de intervenção e tratamento diferenciadas. Não obstante, todas elas têm presente o conceito de inteligência, como demonstra Bautista (1997), in Febra, (2009):

Corrente Psicológica ou Psicométrica: defendida por Binet e Simon, baseia-se nas capacidades intelectuais dos indivíduos e expressa-se em termos de Quociente de Inteligência - Q.I. Esta corrente considera deficiente mental todo o indivíduo que apresente um déficit nas suas capacidades intelectuais.

Corrente Sociológica: defende que o deficiente mental é aquele que apresenta dificuldades em adaptar-se ao meio social em que vive e em desenvolver uma vida autónoma.

Corrente Médica ou Biológica: assenta em aspetos biológicos, fisiológicos ou anatómicos, que se manifestam durante o desenvolvimento até aos 18 meses.

Corrente Comportamentalista: defendida pelos partidários da Análise Experimental do Comportamento. Estes atribuem o déficit mental a um déficit de comportamento, o qual deve ser interpretado tendo por base fatores biológicos passados e atuais, assim como as condições ambientais.

Corrente Pedagógica: considera deficiente mental o indivíduo com dificuldades em seguir o processo regular de aprendizagem e, portanto, com necessidades educativas especiais.

Fernandes e Aguiar (2010) referem que a deficiência mental é uma ocorrência comum em crianças e adolescentes e pode ser diagnosticado através dos seguintes critérios:

- Início do quadro clínico antes dos 18 anos de idade;
- Função intelectual significativa abaixo da média, demonstrada por um Q.I igual ou menor que 70;
- Deficiência nas habilidades adaptativas em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, autocuidados, habilidades sociais/interpessoais, auto-orientação, rendimento escolar, trabalho, lazer, saúde e segurança.

Segundo Febra (2009), podem definir-se vários tipos de deficiência mental:

Deficiência Mental Leve ou Ligeira: Indivíduos que conseguem alcançar autonomia e independência nas suas relações sociais, tendo a capacidade de se integrarem no mundo laboral, desempenhando um trabalho sem qualquer dificuldade. Possuem também uma maior facilidade de integração e adaptação ao ambiente familiar e social.

Deficiência Mental Moderada ou Média: Quando inseridos num grupo social estruturado e com a adequada supervisão, podem adquirir hábitos de autonomia pessoal e social, tendo uma maior dificuldade na obtenção de autonomia social. Utilizam uma linguagem oral, mas com um vocabulário fraco, existindo também dificuldades de expressão.

Deficiência Mental Grave ou Severa: Autonomia a nível pessoal e social muito limitada, sendo necessário proteção e ajuda ao longo de toda a vida. Diferentemente dos tipos anteriormente referidos, este é identificado desde cedo, pois a psicomotricidade está alterada desde logo, afetando a marcha, o equilíbrio e a coordenação. Muitos deles apresentam frequentes crises de agitação, agressividade e mudanças bruscas de ânimo.

Deficiência Mental Profunda: Caracteriza-se por indivíduos totalmente dependentes de terceiros, necessitando de apoio para a realização de qualquer atividade. Apresentam handicaps físicos e intelectuais de grande gravidade, problemas sensoriomotores e de comunicação.

Segundo Ferreira, et al., (2012), de acordo com o estado de arte atual sobre o conceito de deficiência mental, vivemos um momento pautado por propostas de desconstrução do constructo de deficiência mental e de construção do constructo de incapacidade intelectual.

Face ao exposto, a incapacidade é concebida enquanto manifestação de uma limitação do funcionamento do individuo dentro de um contexto social. Neste sentido, devemos olhar a

incapacidade intelectual como uma ocorrência que implica a unidade de análise indivíduo-meio com o conseqüente reconhecimento da importância dos sistemas de suporte no favorecimento da funcionalidade (Ferreira, et al, 2012).

Importa ainda esclarecer que a deficiência mental pode ser causada por fatores genéticos ou ambientais. Os fatores genéticos atuam antes da gestação ou no momento da concepção, devido a um déficit ou problema genético. Já os fatores ambientais remetem para infecções, agentes tóxicos e traumatismos de que o indivíduo possa ter sido vítima (Febra, 2009).

Neste sentido podemos resumir as causas da deficiência mental do seguinte modo:

1. Síndromes poli malformativos, deficiências mentais com mal formações cerebrais, que podem ser ou não, de caráter hereditário;
2. Síndromes epitéticas;
3. Incapacidade intelectual causada por condições sociais, psicológicas e educativas desfavoráveis e com falta de estimulação (ex: crianças que se encontram num ambiente familiar emocionalmente desfavorável e desorganizado).

1.4. MODELOS DA DEFICIÊNCIA

Vários autores sublinham que o conceito de deficiência, bem como o de incapacidade, resulta de contextos sociais e culturais específicos, na medida em que a deficiência não tem um carácter universal. De resto, em algumas culturas e línguas não existe termo, sendo que também a diferenciação social dela decorrente, isto é, a categorização adquire contornos distintos (Santos, 2014). De acordo com Sousa (2007), in Santos, (2014), a deficiência consiste num constructo social, algo fluido e que não existe em si mesma, tratando-se de algo ontologicamente constituído, formulado por critérios históricos e representações socialmente referenciadas.

Devido às variações que têm vindo a ocorrer ao longo do tempo em torno do tema da deficiência, surgiu a necessidade de o conceptualizar e definir, de acordo com parâmetros específicos que facilitem a sua qualificação e compreensão. Neste sentido, surgem três modelos de abordagem à deficiência, que serão seguidamente apresentados.

Modelo médico:

Como vimos, as décadas de sessenta e setenta do século XX foram décadas em que se verificaram os maiores avanços nas práticas integracionistas, apoiadas no modelo médico da deficiência. O modelo referido centrou-se no paradigma do *deficit* e no seu tratamento, considerando a pessoa com deficiência/incapacidade como um doente, sem capacidades para trabalhar e exercer tarefas comuns do dia-a-dia. Caracteriza-se a deficiência/incapacidade como um problema singular do indivíduo, responsabilizando-o por se adaptar, habilitar ou reabilitar de modo a realizar as atividades definidas pela sociedade em termos profissionais e sociais, impondo um esforço unilateral, praticado por estes indivíduos com eventual apoio dos seus familiares e/ou apoio institucional (Martins, 2014).

Este modelo tem implícita base uma perspectiva de exclusão social das pessoas com deficiência, fomentando a sua segregação social (Santos, 2014). De acordo com Martins (2014), durante este período a sociedade manteve-se alheia ao processo da integração da pessoa com deficiência/incapacidade, não lhe sendo exigida qualquer participação, mediante a concretização de um esforço na alteração das suas práticas sociais.

Segundo a OMS:

O modelo médico considera a incapacidade como um problema da pessoa, causado diretamente pela doença, trauma ou outro problema de saúde, que requer assistência médica sob a forma de tratamento individual por profissionais. Os cuidados em relação à incapacidade têm por objetivo a cura ou a adaptação do indivíduo e mudança de comportamento. A assistência médica é considerada como a questão principal e, a nível político, a principal resposta é a modificação ou reforma política da saúde (OMS, 2004, p.21).

Em conclusão, este modelo reconhece na lesão, doença ou limitação física a causa principal da desigualdade social e das desvantagens vivenciadas por este tipo de população, ignorando o papel que, de igual modo, as estruturas sociais têm na sua opressão e marginalização (Bampi, et al, 2010).

Modelo social:

O modelo social da deficiência consiste numa abordagem que surgiu como alternativa ao modelo anteriormente referido, o modelo médico. Este modelo surge em 1960 no Reino Unido, provocando uma reviravolta nos modelos de compreensão da deficiência, deslocando a origem da desigualdade, do indivíduo para a sociedade em si. Tal pressupõe uma discussão extensa de políticas de bem-estar e de justiça social para os deficientes (Bampi, et al, 2010).

Na base deste modelo encontram-se dois argumentos: primeiramente, refere-se que o facto de o corpo ser lesado não serve de explicação para o fenómeno social e político da subalternidade dos deficientes. Deste modo, dizer que a situação de opressão sofrida pelos indivíduos é originada pela perda de habilidades provocada por uma lesão é confundir lesão com deficiência – a deficiência consiste num fenómeno sociológico e lesão numa expressão biológica. O segundo diz-nos que, sendo a deficiência um fenómeno sociológico e não determinado pela natureza, a solução para a discriminação que em torno dela se gera não deveria centrar-se na vertente terapêutica, mas sim numa vertente política. Assim, a deficiência não deve ser entendida como um problema do indivíduo, mas como uma consequência social da pouca sensibilidade existente no que diz respeito à diversidade (Bampi, et al, 2010).

Segundo Werneck (2004), a abordagem social da deficiência marca o início de um processo de consciencialização que tem por objetivo demonstrar que os processos de discriminação que caracterizam o dia-a-dia dos indivíduos com deficiência/incapacidade são construídos pela própria sociedade e têm origem na inabilidade das pessoas para se relacionarem com indivíduos com alterações físicas, intelectuais ou sensoriais.

Em suma, entre ambos os modelos existe uma diferença na determinação da deficiência, sendo que para o modelo social a causa está na estrutura social, afirmando que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão de vida em sociedade, responsabilizando a sociedade pela incapacidade de se ajustar à diversidade. Por sua vez, o modelo médico centra-se apenas no indivíduo (Bampi, et al, 2010).

Modelo biopsicossocial:

O modelo biopsicossocial consiste num terceiro modelo, impulsionado pelas limitações identificadas nos modelos anteriores, especificamente, nas dificuldades apresentadas no enquadramento no comportamento humano e nas suas relações com os contextos de vida das pessoas com deficiência/incapacidade. Esta abordagem biopsicossocial coloca a ênfase na compreensão do funcionamento humano, baseando-se na interação entre várias dimensões: biológica, psicológica e social. Deste modo, é proposta uma abordagem sistémica, em que cada sistema (biológico, psicológico e social) pode afetar e ser afetado pelos outros sistemas (Martins, 2014).

Segundo Martins (2014), este caracteriza-se por ser um modelo aberto e interativo, assente em cinco pressupostos:

- 1- A saúde resulta da interação complexa entre vários fatores: orgânicos, psicológicos e sociais;
- 2- A saúde tem impacto na pessoa, família, pessoas significativas, comunidade e estado;
- 3- A qualidade do funcionamento humano requer uma abordagem continuada e holística: da prevenção à reabilitação;
- 4- Devem existir profissionais especializados e atores relevantes para a qualidade de funcionamento humano envolvidos no sistema de relações do indivíduo;
- 5- A abordagem à deficiência pressupõe um sistema aberto e interdependente com a sociedade.

Em suma, este modelo acaba por consistir numa resposta a muitas das críticas aos modelos anteriores e marca a revisão de conceitos e políticas sobre as pessoas portadoras de deficiência/incapacidade e o seu lugar na sociedade.

1.5. CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, conhecida como CIF, consiste numa classificação da funcionalidade e incapacidade do homem, que pretende agrupar, de maneira sistemática, os domínios da saúde e os domínios relacionados com a saúde (OMS, 2004).

De acordo com o Instituto Nacional para a Reabilitação, a CIF traduz uma mudança radical de paradigma na abordagem à deficiência, passando a basear-se no modelo biopsicossocial acima apresentado. Deste modo, fazemos a ponte de um modelo médico para um modelo biopsicossocial e integrado da funcionalidade e incapacidade humana, que sintetiza o modelo médico e o modelo social, numa visão com várias perspetivas: biológica, individual e social.

O objetivo geral da classificação é proporcionar uma linguagem unificada e padronizada, assim como uma estrutura de trabalho para a descrição da saúde e de estados relacionados com a saúde (OMS, 2004).

Quanto aos seus objetivos específicos, segundo a OMS, podem resumir-se do seguinte modo:

- Proporcionar uma base científica para a compreensão e o estudo dos determinantes da saúde;
- Estabelecer uma linguagem comum para a descrição da saúde e dos estados relacionados com a saúde, a fim de melhorar a comunicação entre diferentes utilizadores, tais como, profissionais de saúde, investigadores, políticos e decisores e o público, incluindo pessoas com incapacidades;
- Permitir a comparação de dados entre países, entre disciplinas relacionadas com os cuidados de saúde, entre serviços, e em diferentes momentos ao longo do tempo;
- Proporcionar um esquema de codificação para sistemas de informação de saúde (OMS, 2004, p.9).

Importa salvaguardar, ainda, a ideia de que a CIF não é uma classificação de pessoas, mas, sim, um instrumento que permite descrever as características de cada pessoa em diferentes domínios e as características do seu meio físico e social, não dispensando que os profissionais adotem procedimentos específicos e utilizem outros instrumentos de avaliação.

2. INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE: O CONTRIBUTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Após uma compreensão da área da deficiência, importa de seguida realizar uma contextualização que permita uma visão sobre a relação entre inclusão social da pessoa com deficiência e incapacidade e a formação profissional.

Para tal, será necessário abordar as seguintes temáticas: inclusão social e direitos humanos na deficiência, fazendo referência ao enquadramento jurídico em Portugal, o empoderamento como uma estratégia facilitadora para a inclusão, a integração no mercado de trabalho e as principais medidas de apoio à contratação de pessoas com deficiência, e, por fim, a formação profissional e o seu contributo na área da deficiência.

2.1. INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NA DEFICIÊNCIA

A discussão sobre a inclusão social tem ocupado um lugar de destaque na nossa sociedade, pois encontramos-nos numa época em que o respeito pela diversidade, a garantia ao direito de participação social e o respeito pelas características individuais, sejam de género, étnicas, socioeconómicas, religiosas, físicas e/ou psicológicas, têm emergido como questões éticas, tendo em vista uma sociedade mais justa e igualitária (Dellani & Moraes, 2012).

Antes de mais, importa esclarecermos alguns conceitos que nos permitam realizar uma abordagem sistemática ao tema da inclusão social. Deste modo, sente-se a necessidade de esclarecer não só o conceito de inclusão social em si, mas também fenómenos como o estigma, a exclusão social e a integração, indissociáveis do tema desta investigação.

Segundo Goffman (1981), o *estigma* remete para uma característica distintiva daquilo que é normal, com base na qual discriminamos um indivíduo, associando-lhe um conjunto de expectativas tendencialmente negativas. Tal suscita que outros atributos positivos que estes indivíduos possam ter não sejam alvo de atenção, dificultando a sua integração nas relações sociais quotidianas.

No que respeita ao tema da deficiência, a questão do estigma expõe-se de forma grave. De acordo com Maciel (2000), este transforma o indivíduo com deficiência num ser incapaz, indefeso e sem direitos.

Por conseguinte, a *exclusão social* consiste no processo através do qual determinados indivíduos são colocados à margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente. Este processo recaiu sobre os indivíduos com deficiência e incapacidade desde cedo, sendo caracterizado por Maciel (2000) como um fenómeno tão antigo quanto o processo de socialização do homem.

Integrar, por sua vez, significa tornar inteiro, isto é, fazer parte de algo já existente, ou seja, consiste no processo onde um indivíduo ou um grupo se incorpora e adapta a uma sociedade ou cultura:

É pois a participação efetiva de todos e de todas nas mais diversas instituições da sociedade (dimensão macro) e nas relações do quotidiano (dimensão micro), numa perspectiva de reciprocidade e horizontalidade dos processos (Casa-Nova, 2013, pp.216-217).

Do conceito de integração podemos partir para o conceito de *inclusão social*. Tal corresponde a um processo que pretende contribuir para a recriação da sociedade, isto é, uma sociedade inclusiva que aposte em transformações de espaços físicos, mas também que promova a mudança da mentalidade dos indivíduos que dela fazem parte, visando a abertura às diferenças.

Deste modo, Aranha (2002), in Dellani e Moraes, (2012), fala de inclusão como significado de afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência e circunvizinhança.

Sintetizando, integrar pressupõe uma modificação e adaptação da pessoa aos padrões da sociedade, por via da aculturação. Por sua vez, inclusão significa a adaptação do meio às características dos cidadãos, reiterando o papel importante da sociedade neste processo (Mangas, C. et al, 2015).

O estigma e a exclusão social constituem-se, neste sentido, como fatores que dificultam a integração e a inclusão, sendo necessário que se continuem a reunir esforços e a criar estratégias de combate aos mesmos. Importa referir que, também de acordo com Maciel

(2000), esta situação é agravada perante situações de carência socioeconómica, pois a falta de acesso a recursos adequados é maior.

Como reconhece o Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011), o problema da deficiência é uma questão de direitos humanos. A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, homologada pela Assembleia das Nações Unidas a 13 de Dezembro de 2006, consiste no mais recente documento de reconhecimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência, definindo direitos civis, culturais, políticos, sociais e económicos das pessoas com deficiência.

O seu objetivo é promover, proteger e garantir o usufruto pleno e igualitário de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte das pessoas com deficiência, promovendo, também, o respeito pela sua dignidade, e reconhecendo na discriminação contra qualquer pessoa com base na deficiência uma violação da dignidade e valor inerente à pessoa humana (Instituto Nacional para a Reabilitação, 2011).

Não obstante, sabe-se que esta discriminação encontra-se presente na sociedade, dificultando o processo de inclusão social, se não mesmo de integração. Apresentam-se, como exemplos, a negação do acesso igualitário a serviços de saúde, emprego, educação ou participação política e a violação da sua dignidade quando sujeitas à violência, abuso, preconceito ou desrespeito devido à deficiência.

David Rodrigues a propósito deste tema apresenta algumas questões que se consideram importantes realçar, face à discussão em aberto neste trabalho:

O que é esta questão de estar incluído? O que é que significa? É estar no mesmo lugar com outras pessoas? (...) Parece que às vezes estamos no mesmo lugar com outras pessoas e sentimo-nos muito pouco incluídos com elas (Rodrigues, 2009, p.182).

Para o autor, estar incluído não deve consistir em ser-se apenas tolerado na sociedade. Neste sentido, identifica duas dimensões de inclusão social: a dimensão dos direitos à qual o autor chama de *inclusão essencial* e a dimensão das opções, denominada de *inclusão eletiva*:

A inclusão essencial é a dimensão dos direitos humanos e do acesso bem-sucedido das pessoas com deficiência aos equipamentos, aos serviços, à informação, aos transportes, à cultura, ao lazer, ao emprego, à educação, etc. A inclusão essencial é um combate social e político em sociedades desiguais, como a nossa (...) mas existe

uma dimensão eletiva, que é o direito que as pessoas têm por optar por grupos e estruturas com as quais partilhamos emoções, ideias, interesses ou projetos (Rodrigues, 2009, p.182).

Deve-se, neste sentido, dar ênfase à ideia de que é necessário que a própria sociedade se prepare para receber estes indivíduos, começando por reconhecer que “a nossa sociedade não está preparada, a nossa escola não está preparada, os transportes públicos não estão preparados” (Rodrigues, 2009, p.183), e admitindo a ideia de que em parte o problema se centra nas atitudes das pessoas. O autor dá como exemplo a seguinte situação:

Vi há pouco que há uma pessoa cega na sala. Esta pessoa está a ser vítima de uma discriminação indireta. Isto é, todos vocês estão a ver os diapositivos mas esta pessoa não está. Ela está a ser tratada de forma igual. Mas o igual discrimina (Rodrigues, 2009, p.185).

Isto significa que o processo de inclusão é frágil e complexo, ou seja, o gerar igualdade de oportunidades e acessos não passa apenas por facilitar o processo, mas também por adaptá-lo às características das pessoas. Inúmeras vezes a ideia de modelos únicos para todos, preestabelecidos e estandardizados, tem excluído pessoas com necessidades especiais ao criar barreiras não apenas arquitetónicas, mas também sociais e educacionais (Maciel, 2000).

Importa, neste sentido, relembrar que o princípio fundamental de uma sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas portadoras de deficiência e incapacidade devem ter as suas necessidades especiais atendidas (Maciel, 2000).

Considera-se pertinente ainda frisar a ideia de que, em termos culturais, sociológicos e políticos, o problema da deficiência não se diferencia dos problemas colocados em relação às diferenças de género, à cor da pele ou à discriminação de determinadas minorias étnicas (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006).

Podemos afirmar, deste modo, que a inclusão social da pessoa portadora de deficiência e incapacidade na sociedade é um processo que se encontra ainda longe de estar concluído, apesar da congregação de esforços já visível. Existem muitos estudos realizados, embora com linhas orientadoras diferentes, sendo imprescindível que se continue a investigar a realidade em si, ou seja, a promover o contacto direto com este fenómeno social.

Enquadramento jurídico em Portugal

Desde a Revolução de 25 de Abril de 1974, a sociedade portuguesa tem vindo a criar várias Organizações Não Governamentais – ONG, mais propriamente Cooperativas de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade – CERCI e Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, que atualmente se espalham por todo o território (Dias, 2009).

Dias refere que esta extensa e qualificada rede nacional de ONG na área da reabilitação oferece à comunidade nacional e aos locais onde se encontram sedeados:

(...) múltiplos serviços, nomeadamente apoio jurídico, intervenção precoce, educação especial, formação profissional, emprego protegido, atividades ocupacionais, apoio residencial, apoio domiciliário, formação e apoio às famílias (Dias, 2009, p.188).

Logo com a lei 6/71 de 8 de Novembro, e de acordo com o ponto nº 2 da Base VI foi prevista a criação do Secretariado Nacional para a Reabilitação ou de um organismo equivalente.

Neste sentido, foi criado o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência – SNRIPD, inicialmente tutelado pela Secretaria de Estado da Inserção Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. O SNRIPD prevê a articulação das políticas sectoriais da saúde, educação, formação profissional, emprego, transportes, habitação, cultura, investigação, turismo, desporto, informação e lazer, assim como a complementaridade das iniciativas direcionadas para as necessidades específicas dos cidadãos com deficiência (Dias, 2009).

Importa também referir que a política nacional para a reabilitação e integração das pessoas com deficiência encontra-se configurada pelos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa e na lei n.º 38/2004 de 18 de Agosto, que define as bases gerais do regime jurídico de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

Segundo Dias (2009), o sistema jurídico Português, baseado na dignidade da pessoa humana como valor inerente à condição humana, elevou a tutela dos direitos da pessoa com deficiência à dignidade constitucional. Os direitos fundamentais das pessoas com

necessidades especiais decorreram da conceção social do Estado e configuram uma das vertentes essenciais do Estado Social de direito democrático.

Assim, os direitos dos cidadãos com deficiência inserem-se na categoria dos direitos sociais:

(...) dando conteúdo a princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa, como o princípio da igualdade dos cidadãos que, exigindo discriminações legais positivas para a sua reabilitação, impõem ao Estado deveres específicos do agir, quer no âmbito da produção e conformação do direito, quer na criação de condições materiais para satisfação desses mesmos direitos (Dias, 2009, p.189).

2.2. EMPODERAMENTO: UMA ESTRATÉGIA FACILITADORA PARA A INCLUSÃO

O processo de empoderamento diz respeito a um constructo que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proactivos com políticas e mudanças sociais. Consiste na criação de organizações e comunidades responsáveis, perante um processo onde os indivíduos que fazem parte das mesmas obtenham controlo sobre as suas vidas, participando democraticamente no quotidiano de diferentes modos (Perkins & Zimmerman, 1995, in Crespo, 2013).

Traduz-se num processo de incremento de poder a vários níveis: psicológico, sociocultural, político e económico, que permite que os indivíduos aumentem a eficácia no exercício da sua cidadania, visando a libertação dos indivíduos no que concerne a estruturas, conjunturas e práticas culturais/sociais injustas, opressivas e discriminadoras, através de um momento de reflexão sobre a realidade da vida humana (Crespo, 2013).

Muitas vezes os indivíduos passam por situações de stress ou inadaptação ao contexto onde se encontram inseridos por inúmeras razões, principalmente quando confrontados com obstáculos ou incertezas, fomentando a ideia de que o meio não contribui para a sua integração. Neste contexto e de acordo com Weber (2011, p.86), empoderamento significa “dar poder ou autoridade, tornar capaz, permitir”.

É fulcral referir que, segundo Pinto (2011), a definição de empoderamento é alvo de várias discussões. Na vasta literatura sobre o tema, tal como nas várias áreas em que este

processo é empregue, como a gestão, a reabilitação ou o trabalho social, esta definição é contestada e polêmica.

Por outro lado o empoderamento tem sido invocado a propósito das mais diversas populações, tais como: minorias étnicas e migrantes, mulheres, desempregados, sem-abrigo, doentes mentais, vítimas de violência ou abuso sexual, promoção de direitos e cidadania, desenvolvimento sustentável e intervenção comunitária (Fazenda, 2005).

Para que o processo atinga o objetivo pretendido é necessário um processo de distribuição do poder. Nesta abordagem do empoderamento, o poder é oriundo de diversas fontes: sociais, económicas, políticas e culturais, sendo que pode ser gerado e disseminado através das interações sociais.

Segundo Pinto (2001), in Fazenda, (2005), o poder é uma forma de interação entre dois sujeitos, dominador/dominado. Esta relação pode ser alterada mediante uma redistribuição do poder. Neste sentido, segundo a autora, o poder deve ser compreendido como a capacidade e autoridade para:

- Influenciar o pensamento dos outros – poder sobre;
- Ter acesso a recursos e bens – poder para;
- Tomar decisões e fazer escolhas – poder para;
- Resistir ao poder dos outros se necessário – poder.

Em suma, o processo de empoderamento permite capacitar os indivíduos para o desenvolvimento dos tipos de poder acima citados.

Ainda, segundo Fazenda (2005, p.6), o empoderamento pode desenrolar-se em várias fases, que podem ser descritas do seguinte modo:

- 1- Tomada de consciência pelos indivíduos ou grupos da sua situação de exclusão e falta de poder;
- 2- Identificação com outros indivíduos ou grupos em situação semelhante;
- 3- Levantamento de competências e recursos necessários para maior controle das suas vidas;
- 4- Decisão de agir em áreas concretas.

O empoderamento pode ser também descrito em três tipos distintos (Barros, 2013):

- 1- Empoderamento individual: processo de apropriação do poder por uma pessoa ou grupo;
- 2- Empoderamento organizacional: processo de apropriação do poder por uma organização;
- 3- Empoderamento da comunidade: processo através do qual a comunidade aumenta o seu poder coletivo.

Ainda que as várias definições se encontrem bastante focadas no equilíbrio de poder, o empoderamento é um modelo de compreensão dos processos de exercício e de influência. Deste modo, permite igualmente identificar capacidades e potencialidades de cada indivíduo ou grupo, ao contrário de um diagnóstico focado em incapacidades, deficiências ou fatores de risco (Pinto, 2009).

Segundo Crespo (2013), no que concerne aos portadores de deficiência/incapacidade, não é a sua condição que os impede de terem direitos e respeitarem deveres, mas, sim, a sociedade, que deve facilitar este processo e ser capaz de incluir estes cidadãos, com direitos e necessidades individuais e sociais iguais para todos.

De acordo com a autora, o empoderamento constitui um processo eficaz no propiciar uma melhor qualidade de vida e bem-estar às pessoas portadoras de deficiência e incapacidade, na medida em que promove a autonomia e treina a capacidade de tomar decisões, mediante estratégias práticas de resolução de problemas, centradas na participação.

Este processo constitui um movimento de grande importância na sociedade, ao gerar um mecanismo de intervenção que pretende o equilíbrio social e não apenas o equilíbrio de poderes, capacitando os mais desfavorecidos para o exercício pleno de direitos e deveres e para o desenvolvimento das suas potencialidades.

2.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE E A INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O emprego desempenha um papel fundamental na sociedade, encontrando-se associado a questões como o comportamento humano, a organização social e o reconhecimento social.

De acordo com Silva, in Malhado, (2013), constitui a uma das mais relevantes condições de base de inserção na sociedade.

Nos dias atuais deparamo-nos com um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, onde as oportunidades se direcionam a um grupo de indivíduos que se encontrem aptos a atender a diversas exigências e transformações que as empresas possam vivenciar.

Assim, constata-se que o perfil dos trabalhadores tem vindo a alterar-se, constituindo-se num conjunto de exigências, em termos de competências e habilidades, que origina a exclusão de uma parte significativa da população (Figueira, 2012).

A integração da pessoa com deficiência ou incapacidade neste meio, para além de um fator decisivo de inclusão social e independência económica, constitui um fator de valorização e realização pessoal destes cidadãos (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012).

Com base no Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011) é possível concluirmos que a integração destes no mercado de trabalho é importante, pois além de promover a sua inclusão na sociedade, desenvolve competências pessoais na execução de tarefas, cumprimento de horários, no saber procurar ajuda, aceitar críticas e melhorar capacidades relacionadas com aspetos, como o lidar com o dinheiro, o fazer um percurso de ida e volta para o trabalho e a interação com os colegas.

Deste modo, a promoção da empregabilidade para pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade constitui atualmente um problema fulcral para a sociedade e para os técnicos que com estes trabalham.

No entanto, por muito esforço e dedicação que exista por parte dos profissionais no sentido de desenvolver capacidades que permitam integrar este público no mercado de trabalho, igualmente será necessário que este esteja apto e que demonstre abertura para o fazer.

De acordo com Lopes (2008), in Malhado, (2013), a integração de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade no campo do trabalho tem especial importância e interesse para a construção de uma sociedade solidária e justa, pela qual se tem vindo a lutar, isto é, uma sociedade que não crie barreiras, mas que, pelo contrário, proporcione igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Não obstante, no que se refere a grupos ou minorias

existentes na nossa sociedade, como é o caso dos portadores de deficiência ou incapacidade, o cenário nem sempre é favorável. Há que combater o estigma associado a esta população, demonstrando que estes indivíduos têm capacidades para desenvolver determinadas atividades, desde que o posto de trabalho que ocupam, ou possam vir a ocupar, seja adequado às suas competências (Figueira, 2012).

Estima-se que apenas 5% da população europeia com deficiência integra o mercado de trabalho, quando a percentagem de pessoas sem deficiência atinge os 68% (Monteiro, 2009 in Malhado, 2013). Esta percentagem ainda extremamente baixa deve-se ao facto de muitos empregadores entenderem que os portadores de deficiência necessitam de uma maior supervisão do que os restantes, considerando, também, que estes não são capazes de manter um nível de qualidade de desempenho aceitável e de realizar determinadas tarefas (Monteiro, 2009, in Malhado, 2013).

Ainda segundo o autor:

A escassez de oportunidades profissionais para estas pessoas, num meio económico e tecnologicamente cada vez mais evoluído, assim como as dificuldades de ordem cognitiva a elas inerentes que impedem a habilidade e agilidade tantas vezes requeridas, e a imaturidade sócio emocional e vocacional que, normalmente transportam, são fatores que têm repercussões, nesta tarefa de desenvolvimento, ficando inúmeras vezes, parcialmente cumprida (Silva, in Malhado, 2013, p.10).

De acordo com Botelho (2010), in Figueira, (2012), foi criado em 1966 um Sistema de Formação e Emprego para as pessoas com deficiência, tendo por objetivo resolver o problema da incapacidade, uma vez que era evidente a carência de meios e condições adequadas à adaptação ou readaptação profissional desta população.

Em Portugal, as medidas ativas de emprego dirigidas a pessoas com deficiência/incapacidade são da responsabilidade do IEFP, trabalhando este organismo em rede com um conjunto de Centros de Reabilitação Profissional.

Constitui uma das primeiras iniciativas legislativas em Portugal no âmbito do apoio ao emprego das pessoas com deficiência/incapacidade, o Decreto de Lei n.º 40/83, de 25 de Janeiro, que dita:

A Constituição da República consagra como obrigação do Estado a realização de uma política nacional de prevenção e tratamento, reabilitação e integração social dos deficientes, devendo, pois, ser-lhes assegurando o exercício efetivo dos direitos

reconhecidos e atribuídos aos cidadãos em geral, nomeadamente o direito ao trabalho (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012, p.20).

Ainda de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/83:

Os deficientes em regime de emprego protegido consideram-se trabalhadores para todos os efeitos (...) Entende-se por emprego protegido toda a atividade útil e renumerada que, integrada no conjunto da atividade económica nacional e beneficiando de medidas especiais de apoio por parte do Estado, visa assegurar a valorização pessoal e profissional das pessoas deficientes, facilitando a sua passagem, quando possível, para um emprego não protegido (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012, p.21).

Em 1988 foi também criado o Plano Nacional de Emprego com a intenção de implementar medidas que facilitassem a integração socioprofissional das pessoas com deficiência, nomeadamente, apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação em posto de trabalho, um sistema de apoio ao teletrabalho e a promoção do emprego domiciliário.

Ainda segundo o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012), também o Decreto-Lei n.º 247/89 de 5 de Agosto foi um ponto de referência no âmbito da promoção do emprego desta população, vindo a estipular apoios e incentivos ao emprego das pessoas com deficiência e incapacidade. Para além dos apoios à orientação e à formação profissional, passam a ser alvo de subsídio: a adaptação de postos de trabalho, a instalação por conta própria, a eliminação de barreiras arquitetónicas, o acolhimento personalizado na empresa e a compensação por menor produtividade.

Em 2004, com o artigo 26º da Lei n.º 38/2004 emitido pela Assembleia da República, a Lei de Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência reforçou a importância do emprego na inclusão social de pessoas portadoras de deficiência, o que aumentou a responsabilidade do Estado na promoção e implementação de medidas que favoreçam estes indivíduos. Segundo a mesma, compete ao Estado:

Adaptar medidas específicas necessárias para assegurar o direito de acesso ao emprego ao trabalho, à orientação, à formação, habilitações e reabilitação profissional e adequação das condições de trabalho da pessoa com deficiência (...) o Estado deve fomentar e apoiar o recurso ao autoemprego, teletrabalho, trabalho a tempo parcial e no domicílio (Malhado, 2013, p.2).

O Decreto-Lei n.º 290/2009 de 12 de Outubro vem criar o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade e define um regime de concessão

de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de políticas de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades. Neste Decreto-Lei são definidas medidas de apoio à qualificação, integração, manutenção e reintegração no mercado de trabalho, sendo instituída a modalidade de emprego apoiado, não deixando de vigorar os incentivos anteriormente concedidos.

Não obstante tais avanços, não podemos deixar de ter em consideração não só os *handicaps* que afetam as pessoas com deficiência ou incapacidade, mas, de igual modo, a crise que a sociedade atual e capitalista tem atravessado, e que se tem traduzido na ampliação e aprofundamento das desigualdades, pela perda de postos de trabalho (Botelho, 2010, in Figueira, 2012).

Em termos gerais, destacam-se na prática a realização de estágios de inserção e contratos emprego-inserção para pessoas com deficiência e incapacidade, a criação de centros de emprego protegido e a celebração contratos de emprego apoiados em entidades empregadoras (Decreto-Lei nº 290/2009).

Em suma, reitera-se a importância do trabalho e emprego para a qualidade de vida das pessoas com deficiência e incapacidade e das suas famílias. A evolução neste campo tem vindo a realizar-se com base no princípio da não discriminação e da igualdade de oportunidades, contudo, considera-se que o caminho a percorrer é ainda longo.

Medidas de apoio à contratação de pessoas com deficiência e incapacidade

Tal como referido anteriormente, as medidas de apoio à contratação de pessoas com deficiência e incapacidade são, em Portugal, da responsabilidade do IEFP. De acordo com a vertente da empregabilidade como pilar da inclusão social que tem vindo a ser desenvolvida no presente trabalho, considera-se importante fazer uma breve alusão às principais medidas existentes (Instituto do Emprego e Formação Profissional):

Estágio de inserção para pessoas com deficiência e incapacidade

Os estágios de inserção para pessoas com deficiência e incapacidade consistem em estágios com a durabilidade de 12 meses, tendo como visão melhorar o perfil de empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, promovendo a sua integração profissional. O

estagiário beneficia de uma bolsa mensal, subsídio de alimentação e transporte, seguro de acidentes de trabalho e apoio técnico no âmbito do acompanhamento pós-colocação.

As entidades são comparticipadas entre 90% a 100%, consoante o tipo de entidade, pública ou privada, e o número de estagiários que esta já acolheu.

Contrato emprego-inserção para pessoas com deficiência e incapacidade

Os contratos emprego-inserção para pessoas com deficiência e incapacidade têm como objetivo o desenvolvimento de atividades socialmente úteis, que satisfaçam as necessidades sociais ou coletivas temporárias, durante um período máximo de 12 meses.

Visam o reforço de capacidades relacionais e pessoais, e a autoestima, bem como estimular hábitos de trabalho. Estes indivíduos beneficiam de uma bolsa de ocupação mensal, no valor do Indexante de Apoios Sociais - IAS, no caso de desempregados à procura de 1º emprego ou beneficiários de rendimento social de inserção. Os beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, têm direito a uma bolsa mensal complementar no valor de 20% do IAS.

Beneficiam ainda de subsídio de transporte e alimentação, seguro de acidentes pessoais e apoio técnico no âmbito do acompanhamento pós-colocação.

Para as entidades empregadoras, a comparticipação encontra-se nos 100% se forem privadas sem fins lucrativos, no caso das entidades públicas, a comparticipação desce para 90%.

Contrato de emprego apoiado em entidades empregadoras

Esta medida visa o desenvolvimento de uma atividade profissional para pessoas com deficiência e incapacidade com uma capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, sob condições especiais.

Tem como objetivo promover nos indivíduos, com capacidade de trabalho reduzido, o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à sua integração, sempre que possível em regime normal de trabalho. Neste sentido, os trabalhadores recebem uma prestação igual à de um trabalhador em condições normais e beneficiam de apoio técnico no âmbito do acompanhamento pós-colocação.

As entidades públicas e privadas beneficiam de apoio técnico à instalação e funcionamento e apoio técnico no âmbito do acompanhamento pós-colocação em posto de trabalho. Além disso, as entidades promotoras de âmbito privado beneficiam de participação na retribuição e nas contribuições para a segurança social e, ainda, de apoio à adaptação de postos de trabalho e à eliminação de barreiras arquitetónicas.

2.4. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O SEU CONTRIBUTO

De acordo com o objeto de estudo desta investigação e dos conceitos e contributos que têm vindo a ser invocados, é possível afirmar que a formação profissional constitui hoje um processo fundamental para a inclusão social de pessoas com deficiência e incapacidade. Deste modo, é importante que se faça um enquadramento deste processo.

A formação profissional pode ser definida como “a aquisição sistemática de competências, normas, conceitos ou atitudes que originam um desempenho melhorado em contexto profissional” (Cruz, 1998, in Fonseca, 2012, p.13), ou seja, é um processo pelo qual se prepara o indivíduo, neste caso com deficiência e incapacidade, para o exercício de uma atividade profissional, mediante o desenvolvimento de conhecimentos e competências necessários e adequados à função que se pretende que este venha a desempenhar no mercado de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho também define formação profissional como “um conjunto de atividades que visam essencialmente a aquisição de capacidades práticas e os conhecimentos necessários para um emprego, que determina a profissão ou grupo de profissões de determinado ramo de atividade económica” (Cardim, 2000, in Fonseca, 2012, p.13).

Considera-se, portanto, que a formação profissional atua com um propósito psicoeducativo, baseando-se nas capacidades pessoais e nas possibilidades reais para que pessoas com deficiência e incapacidade adquiriram aprendizagens profissionais, permitindo que detenham de a autonomia e o desenvolvimento pessoal suficientes para integrar uma atividade.

Em Portugal as respostas relativas à qualificação e formação profissional para pessoas com deficiência e incapacidade são da responsabilidade das seguintes entidades: IEFP, Centros

de Reabilitação Profissional de Gestão Direta, Rede de Centros de Reabilitação Profissional de entidades privadas na área da deficiência apoiadas pelo IEFPP, Centros de Reabilitação de Gestão Participada, Empresas e Centros de Emprego Protegido (Santos, 2014).

Os recursos e ofertas formativas são distribuídos de forma assimétrica pelo país e acompanhados por medidas de apoio à contratação da população com deficiência e incapacidade. Não obstante, importa salientar que o trabalho desenvolvido não deve ter apenas como objetivo final a qualificação, mas igualmente a integração e acompanhamento no mercado de trabalho (Santos, 2014).

Também importa referir que a formação profissional deve ter em conta as necessidades específicas das pessoas, articulando-as com as exigências requeridas nas diferentes áreas de emprego. A formação profissional deve, então, fazer a ponte entre as necessidades do empregador e as capacidades individuais de cada formando, tendo em consideração as limitações proporcionadas pela sua incapacidade.

Deve ter, igualmente, contemplada a componente de formação social, que prepara a pessoa com deficiência ou incapacidade para o exercício de um papel ativo na sociedade, na comunidade e nas organizações onde está e será inserida (Ferreira, 2010).

De acordo com Correia (2008), in Ferreira, (2010), a formação deve ser permeável aos vários contextos, adaptando-se ao ambiente, físico ou humano em que se vai desenrolar e procurando o desenvolvimento possível naquele contexto. Em concreto, devem ser tomados em consideração quatro planos: cognitivo, metodológico, institucional e sociológico, trabalhando estas várias áreas, pois uma das dificuldades apontadas na formação profissional prende-se com a dificuldade que os formandos têm de transferir as competências adquiridas para situações de trabalho.

Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a formação pode ser inicial ou contínua. A formação inicial é destinada a indivíduos que procuram emprego, e pretende conferir uma qualificação profissional certificada; a segunda é destinada a ativos empregados e pretende desenvolver competências profissionais que estes já possuem.

No caso dos indivíduos com deficiência ou incapacidade, a formação inicial tem uma duração mínima de 1200 horas e máxima de 2900 a 3600 horas, podendo ser adaptada de acordo com o previsto nos referenciais específicos adaptados a estes indivíduos e que integram o Catálogo Nacional de Qualificações, ou outro referencial que tenha sido sujeito a parecer da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (Instituto de Emprego e Formação Profissional, 2006).

A formação inicial é dividida em três percursos:

Percurso A: Duração mínima de 1200 horas e máxima de 2900 horas, com ações de formação organizadas com base em referências do CNQ, destinadas a pessoas com deficiência e incapacidade.

Percurso B: Com uma duração de 3600 horas, são ações de formação organizadas com base em referências de formação adaptadas que integram o CNQ destinadas a pessoas com alterações das funções mentais, multideficiência e outras, sem condições para aceder a percursos regulares de Educação Formação.

Percurso C: Com base em referências de formação não integradas no CNQ, com uma duração mínima de 1200 horas e máxima de 2900 horas. São, predominantemente ações de formação destinadas a pessoas com alterações das funções mentais, multideficiência e outras, que os impeçam de frequentar os anteriores percursos de formação.

Em qualquer dos casos, a formação profissional destina-se a jovens com idade igual ou superior a 18 anos e, com deficiência e incapacidade. Abrange também candidatos a partir dos 16 anos, desde que os estabelecimentos de ensino nos quais se encontrem inscritos comprovem a incapacidade para a frequência do ensino regular.

Em suma, a formação profissional deve promover a aquisição ou o reforço de competências profissionais, pessoais e sociais, tendo como objetivo inserir o indivíduo na sociedade e facilitar a sua adaptação ao contexto de trabalho. Deste modo, de acordo com Santos (2014), deve funcionar como estratégia de combate ao desemprego e à exclusão social.

Segundo Santos (2014), a formação profissional consiste numa ferramenta facilitadora da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, sendo decisiva na promoção do acesso ao emprego e no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e técnicas.

Da mesma forma, Schneider e Ferritor (1982), in Pereira, (2016), frisam que, apesar de nem todas as pessoas com deficiência atribuírem o mesmo valor ao trabalho, existe uma estreita identificação entre os objetivos da reabilitação profissional e o trabalho como mediador para a ocorrência de mudanças na vida.

3. MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL COMO MEIOS FACILITADORES DA INCLUSÃO SOCIAL

De acordo com o problema de investigação aqui discutido, considera-se necessário refletir sobre a mediação e a intervenção social, pois figuram-se como áreas de grande interesse e atuação no que diz respeito à inclusão social de pessoas com deficiência e incapacidade.

Segundo Freire e Oliveira (2009), a mediação tem vindo a ganhar uma importância cada vez mais acentuada em vários países e em diversificados domínios, desde o político, ao laboral, judicial, educacional, comunitário e das relações interculturais.

Inicialmente a mediação surge associada a um procedimento de resolução de conflitos, que consiste na intervenção de uma terceira parte, alheia e imparcial em relação a um conflito (Jarez, 2002). Hoje, podemos afirmar que existiu uma recuperação do conceito de mediação, apresentando atualmente diferentes aceções e funções sociais, já não se afirmando apenas como meio alternativo à resolução de conflitos, mas sobretudo como modo de regulação social ou como estratégia de transformação social e cultural. Deste modo consubstancia-se numa multiplicidade de práticas, numa sociedade cada vez mais heterogénea sob o ponto de vista social, cultural e étnico.

A mediação sociocultural constitui-se hoje como um recurso organizado, que pretende contribuir para melhorar a comunicação e as relações entre pessoas ou grupos de um determinado território ou de uma determinada cultura e, portanto, para a integração intercultural. Como forma de intervenção quer, portanto, facilitar a comunicação, fomentar

a coesão social e promover a autonomia e a inserção social a partir de uma dimensão coletiva, constituindo-se como um “terceiro” entre dois (Oliveira & Freire, 2009).

A epistemologia ou ideologia que sustenta este conceito contém em si uma orientação transformadora dos indivíduos e das relações entre eles, com base em valores positivos, como a solidariedade, a participação, o compromisso, a cooperação, o respeito, a criatividade, a perseverança, a paciência, a confidencialidade e o diálogo (Oliveira & Freire, 2009).

Não obstante, Torremorrel (2008) sublinha que esclarecer o que é ou não a mediação desencadeou, até ao momento, mais controvérsias do que pontos de consenso, persistindo muitas interrogações fundamentais sobre o que é a mediação e em que é que se converte quando é empregue em novos contextos sociais concretos e quando praticada por um leque de pessoas com diferentes antecedentes e áreas de formação.

O objetivo primordial da mediação deve centrar-se na capacitação do indivíduo para a utilização da sua força pessoal para enfrentar o conflito, para se corresponsabilizar pela situação e para criar e reparar uma rede de relações que se baseie no respeito mútuo e na direção da transformação individual e social (Reis, 2012).

No que concerne ao vasto campo da intervenção social, há que entendê-la como a vontade de agir, de intervir numa questão, isto é, fazer parte voluntariamente de uma ação a fim “de a determinar, de a infletir, de se tornar mediador e de interpor a sua autoridade” (Robertis, 2011, p.137).

Nela, o trabalhador social age de modo consciente e voluntário com vista à alteração da situação do cliente, prestando-lhe o devido apoio ao longo do todo o percurso. Esta intervenção pode assumir diferentes formas, contudo, convém sublinhar que antes de se definir um percurso de intervenção, devem ser identificados os elementos-chave que irão permitir ao trabalhador social traçar um plano de intervenção.

De acordo com Carmo (2001), in Pereira, (2016), a intervenção social é compreendida como um processo onde determinada pessoa se assume como recurso social de outra pessoa, organização, comunidade, grupo ou rede social, com o objetivo de apoiar na colmatação de um determinado conjunto de necessidades sociais.

Ainda segundo a mesma autora, a prática da intervenção social tem sido associada ao conceito de empoderamento, numa lógica de defesa do cliente relativamente ao sistema, já o empoderamento, como foi referido anteriormente, visa libertar os sujeitos que se encontram com a sua capacidade de ação diminuída e capacitá-los no sentido de darem sentido à sua própria realidade de vida (Carmo, 2001, in Pereira, 2016).

As profissões associadas ao trabalho social compreendem uma variedade de ocupações, como: o serviço social, a ação social, a pedagogia social, a educação social, a psicologia social e o apoio juvenil e comunitário. Pode dizer-se, portanto, que todas elas incluem profissionais que detêm o papel de trabalhar junto de pessoas que necessitam de orientação, abrangendo um conjunto de valores, cujo objetivo é dar especial importância à mudança individual e social, ao respeito pela diversidade e pela diferença, bem como incentivar à responsabilidade (Cardoso, 2014).

Assim, a intervenção social pode e deve, sempre que possível, ter práticas baseadas na mediação, isto é, na comunicação, na negociação e não na imposição de um modelo de vida único (Vieira, 2014).

É neste sentido que a intervenção social e a mediação se cruzam e trabalham em conjunto para o alcance da desejada coesão social. O trabalhador social emerge como um mediador entre os grupos sociais e as mais diversas instituições públicas e privadas, com fim à concretização dos direitos e dos interesses dos grupos e sujeitos em causa na interação, sendo a finalidade do processo de mediação a autonomia desses grupos e pessoas, ou seja, o empoderamento (Vieira, 2014).

Importa ainda referir que têm vindo a surgir vários tipos de mediação, para além da mediação sociocultural, como a mediação comunitária, social e cultural, sendo que nenhuma delas se apresenta apenas como um meio de resolução de conflitos, mas, essencialmente como um conjunto estratégias de intervenção social em problemáticas de integração social (Reis, 2012).

Os tipos de mediação acima referidos expandem as suas práticas para ações dirigidas para o desenvolvimento da cidadania, a democratização, o combate às condições de exclusão social, e a distribuição desigual de poder e desrespeito pelos direitos humanos, através de

uma aprendizagem da forma construtiva da resolução de conflitos, em detrimento do uso da violência, no sentido de alcançar a paz social (Reis, 2012).

De acordo com o campo de atuação, deve dar-se também especial ênfase à mediação social e à mediação comunitária. A mediação social tem por finalidade prevenir a exclusão social e a segurança urbana, com o objetivo específico de fomentar uma melhoria de qualidade de vida, visando a reconstrução de laços sociais e a reinserção social (Oliveira et al., 2005).

Por sua vez, a mediação comunitária visa sobretudo, a regulação e a integração social através da cultura da participação: o empoderamento, entendido como um movimento intencional e dinâmico, centrado na comunidade local, que envolve respeito mútuo, reflexão crítica, participação, valorização de recursos, acesso e controlo sobre os mesmos (Oliveira, et al., 2005).

Segundo Oliveira et al. (2005), a mediação social e comunitária constituem verdadeiras tentativas de respostas aos novos problemas sociais. Nelas, a mediação constitui um modelo de suporte a práticas inovadoras no domínio das políticas sociais que respeitam e promovem valores da dignidade humana e cidadania (Reis, 2012).

Concordamos com Muzskat (2003), in Reis, (2012), quando afirma que a mediação é um meio de transformação social, quer a nível restrito de uma comunidade, quer para a sociedade no seu todo, tendo um papel importante na mudança étnica e cultural, na consciencialização destes atores para que sejam autónomas, empoderadas e com autorresponsabilização.

Tendo em conta que também a deficiência é um grupo que se encontra ainda, conforme tem vindo a ser discutido ao longo do trabalho, longe de estar verdadeiramente integrado na sociedade, devemos considera-lo um dos campos de atuação da mediação e da intervenção social.

Tal como tem vindo a ser também evidenciado, a congregação de esforços para a inclusão das pessoas com deficiência e incapacidade é já visível desde a defesa dos seus direitos e dignidade humana, passando pela criação de medidas de apoio e instituições de solidariedade social, acesso a recursos e apoio à pessoa com deficiência e respetiva família,

sendo que os técnicos intervenientes exercem esta função de mediação como prática de intervenção social junto do cliente e dos recursos/instituições da sociedade.

Neste sentido, entendemos que os contributos da mediação e da intervenção social para a inclusão social dos grupos desfavorecidos na sociedade, como é o caso da população com deficiência, devem ser valorizados no âmbito do trabalho social.

PARTE II – METODOLOGIA

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO EMPÍRICO

Após enquadramento teórico do tema, considera-se necessário contextualizar a vertente empírica desta investigação e a metodologia utilizada.

A presente investigação teve por base a pergunta de partida “de que forma a formação profissional contribui enquanto instância mediadora no processo de inclusão social de jovens com deficiência/incapacidade?”.

Neste contexto, o que se pretende compreender é em que medida o CRP atua enquanto mediador no processo de inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade, questionando a inserção do jovem com deficiência e incapacidade no CRP como um processo de mediação e intervenção social.

Para tal, foi necessário analisar não só a perspetiva do próprio jovem, mas também da rede que faz parte do contexto em que o jovem se encontra inserido, nomeadamente a família. Neste sentido, pretende-se aprofundar questões que possibilitassem compreender quais as expectativas relativamente a estes jovens, bem como a perceção do contributo desta formação para a inclusão social dos mesmos.

O presente estudo decorreu no Centro de Recuperação e Integração de Abrantes² (apêndice 1), mais propriamente no Centro de Reabilitação Profissional, com formandos com deficiência de tipo mental que no momento em que teve início o trabalho de campo iniciavam a sua formação em contexto de estágio. A opção decorreu de se considerar ser este um contexto favorável à aproximação à realidade destes jovens no que concerne não só ao universo do trabalho, mas também à capacidade de se relacionarem com o outro, impulsionando a sua inclusão na sociedade.

4.1. OBJETIVOS DO ESTUDO

Uma das fases mais importantes de uma investigação consiste na definição de objetivos que permitam ao investigador conduzir o estudo, delimitando o foco da pesquisa de acordo com os aspetos da realidade que pretende estudar. Deste modo, e como referido anteriormente no presente trabalho, o objetivo geral do estudo centrou-se em compreender

² Ver caracterização no Apêndice 1

o contributo do centro de reabilitação profissional enquanto mediador no processo de inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade, dando origem à definição dos seguintes objetivos específicos:

- Compreender de que modo a formação profissional contribui para o processo de inclusão social de jovens portadores de deficiência/incapacidade;
- Compreender em que medida a inserção num centro de reabilitação profissional influencia as oportunidades de inserção no mercado de trabalho de jovens portadores de deficiência/incapacidade;
- Compreender o papel da reabilitação profissional na formulação de expectativas de vida e realização pessoal dos jovens
- Compreender a perceção que os atores sociais envolvidos na reabilitação profissional têm do seu contributo para a integração social.

4.2. O PARADIGMA INTERPRETATIVO-FENOMENOLÓGICO

Pretendendo-se uma aproximação profunda a uma determinada realidade, e de acordo com os objetivos traçados para o presente estudo, optou-se por uma investigação enquadrada no paradigma interpretativo-fenomenológico, privilegiando uma abordagem qualitativa.

O paradigma *interpretativo-fenomenológico* considera a natureza dos fenómenos sociais como resultante de um sistema rico e variado de interações, isto é, de múltiplas realidades em interação (Boavida & Amado, 2006).

Quanto aos métodos e à natureza do conhecimento, segundo Amado e Boavida, estes partem de uma conceção filosófica que considera o homem como criador de significados através da linguagem e dos conceitos por ela veiculados. Deste modo, a investigação das realidades sociais centram-se no modo como estas são interpretadas, entendidas, experienciadas e produzidas pelos próprios atores. Como tal, “pretende passar do conhecimento, ou melhor, do registo descritivo e da análise dos factos, à interpretação”, o que fomenta a preferência por determinadas técnicas de recolha de dados (Boavida & Amado, 2006, p.94).

A expressão *investigação qualitativa* tem sido usada como designação para todas as formas de investigação que se centram principalmente na utilização de dados qualitativos e que se

enquadram no paradigma interpretativo-fenomenológico, que tende, de facto, a privilegiar uma abordagem qualitativa. Inclui métodos de investigação como a etnografia, a investigação naturalista, os estudos de caso, etnometodologia, a metodologia de histórias de vida, aproximações biográficas e a investigação narrativa (Rodríguez, et al., 1999, in Meirinhos & Osório, 2010).

Os dados obtidos neste tipo de investigação são ricos em fenómenos descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, sendo que as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, mas, sim, de acordo com o objetivo de estudar fenómenos com toda a sua complexidade em contexto natural (Bogdan & Bilken, 1994).

A investigação qualitativa é, então, considerada um campo interdisciplinar e transdisciplinar, que atravessa ciências físicas e humanas. Não possui um conjunto fechado de metodologias próprias, porque os investigadores qualitativos podem recorrer à narrativa, aos métodos e técnicas etnográficas, à entrevista, psicanálise, estudos culturais, observação participante, entre outros (Aires, 2015).

Também de acordo com Faria e Vieira (2016), a investigação em mediação privilegia esta abordagem interpretativa-fenomenológica, em que se insere o qualitativo. Conforme sublinham os autores, esta metodologia enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das perceções pessoais.

Após a definição de um objeto de estudo, o investigador define a forma como pretende olhar para ele. Para tal, o problema deve ser formulado num “enunciado interrogativo, claro e não equívoco, que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (Fortim, 2009, in Faria & Vieira, 2016, p.118).

Ainda segundo os mesmos autores, qualquer cientista social reconhece que as decisões tomadas nesta fase não são definitivas. Sublinha-se a dialética entre os objetivos definidos para a investigação e as pistas que o investigador vai descobrindo, “quer pelo acesso a outras reflexões, quer pelo contacto com a realidade e com os atores que se quer conhecer” (Faria & Vieira, 2016, p.119).

Numa investigação de cariz qualitativo pode-se, inclusivamente, recorrer à triangulação com dados quantitativos, obtidos através, por exemplo, do inquérito por questionário, por isso, dualismo entre metodologias – qualitativo *versus* quantitativo é hoje reconhecido como uma falsa questão e uma falsa oposição (Faria & Vieira, 2016).

4.3. O MÉTODO DO ESTUDO DE CASO

Tendo em atenção os objetivos deste estudo, optou-se pela utilização do método do estudo de casos. Este método insere-se na investigação qualitativa e afigura-se-nos como um método que nos revela maiores potencialidades, pois, inserido no paradigma *interpretativo-fenomenológico* permite aceder a valores, crenças, hábitos, opiniões, e atitudes, já que:

Comporta descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos, que são observáveis... incorpora o que os participantes dizem, as suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões (Watson, 1988 in Lopes, 2011, p.328).

O estudo de caso apresenta como particularidade o facto de que o objetivo da investigação é o estudo intensivo e aprofundado de um ou de poucos casos, considerados relevantes pela sua singularidade. Assim, apresenta a vantagem de se concentrar em situações humanas e contextos da vida real, estudando não apenas um fenómeno, mas também o seu contexto (Meirinhos & Osório, 2010).

Neste seguimento, importa referir que também o estudo de caso implica a pesquisa *a priori* da teoria e dos conceitos que emergem da revisão bibliográfica. Não obstante, à medida que a investigação avança, estes podem ser reformulados em função das leituras que acompanham todo o processo de investigação. Tal, significa que o contexto de descoberta característico da investigação qualitativa não impede que exista um fio condutor teórico, que esboça um modelo de análise e que orientará a triangulação dos dados obtidos no final da investigação.

De acordo com os mesmos autores, a realização de estudos de caso surge da necessidade de estudar fenómenos sociais complexos. Assim, também este autor concorda que os estudos de caso devem usar-se quando lidamos com condições contextuais, sendo essas condições pertinentes para a investigação (Yin, 2005, in Meirinhos & Osório, 2010).

Os estudos de caso mais comuns são aqueles que focalizam apenas uma unidade, como um indivíduo, um pequeno grupo, uma instituição, um programa ou um evento, mas também é possível desenvolver estudos de casos múltiplos, de modo a dar conta de alguma diversidade, tida como relevante para um determinado estudo (Mazzoti, 2006).

5. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

De acordo com Stake (2000 in Mazzoti, 2006), o estudo de caso como estratégia de pesquisa caracteriza-se pelo interesse em analisar casos individuais em profundidade e não pelas técnicas de recolha de dados que utiliza e que podem ser os mais variados, envolvendo procedimentos qualitativos, tanto como quantitativos.

Para que um estudo de caso seja aceite pela comunidade académica, deve constituir, portanto, uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto e seleccionada de acordo com determinados critérios, utilizando múltiplas fontes de dados, de modo a fornecer uma visão holística do fenómeno estudado (Mazzoti, 2006).

5.1. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Como procedimentos de recolha de dados para o presente estudo, optou-se inicialmente pela utilização da observação direta, o inquérito por questionário e a entrevista individual semiestruturada.

A observação direta consiste numa técnica de recolha que se baseia na observação de situações reais. Caracteriza-se por captar comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho (Quivy & Campenhoudt, 1988). A observação direta, desarmada e natural, foi fundamental na fase exploratória desta investigação, enquanto forma de aproximação ao terreno, especificamente, no Centro de Recuperação e Integração de Abrantes – Centro de Reabilitação Profissional.

A técnica da entrevista distingue-se pela aplicação de processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente aplicada permite ao investigador retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Pressupõe um contacto direto entre o investigador e os interlocutores (Quivy & Campenhoudt, 1988).

O tipo de entrevista utilizada neste estudo foi a entrevista semiestruturada, pois, segundo Ghiglione e Matalon (2001), embora neste tipo de entrevista o entrevistador conheça todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, a ordem e a forma de os introduzir são deixados ao seu critério, tendo em conta o discurso do próprio entrevistado, sendo apenas fixados os tópicos da conversa e a informação a recolher em cada um deles. Neste sentido, este tipo de entrevista preserva o quadro de referência e os termos do entrevistado, permitindo aceder às suas representações.

As entrevistas semiestruturadas foram inicialmente aplicadas a uma técnica do CRP³ e a jovens portadores de deficiência e incapacidade que frequentam o centro de reabilitação profissional do CRIA⁴. As entrevistas aos jovens foram realizadas no mês de janeiro de 2017, período que antecedeu a iniciação da aprendizagem em contexto de estágio, tendo em conta que se pretendia analisar as expectativas criadas em torno desta nova fase.

Não obstante, verificou-se que as entrevistas realizadas aos jovens com deficiência e incapacidade não apresentaram resultados consistentes, não tendo estes desenvolvido a maioria das questões que lhes foram colocadas, acusando as dificuldades de expressão e de interação características deste público-alvo. De modo a colmatar esta situação, optou-se por aplicar, numa fase posterior, entrevistas aos encarregados de educação dos jovens inquiridos⁵, tendo em vista a obtenção de resultados que permitissem uma análise mais aprofundada e profícua da sua realidade.

Numa fase inicial, foi distribuído com a ajuda da técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente do CRP, um inquérito por questionário⁶ a várias entidades empregadoras locais que mantêm contacto com o CRP no âmbito de aceitação de estágios de carácter obrigatório no percurso profissional destes jovens. O objetivo foi o de conhecer a perceção destes empresários sobre o papel da reabilitação profissional na integração social do jovem com deficiência e incapacidade e sobre o seu contributo para a integração no mercado de trabalho.

³ Ver guião no Apêndice 2

⁴ Ver guião no Apêndice 3

⁵ Ver guião no Apêndice 4

⁶ Ver inquérito por questionário no Apêndice 5

Porém, o número de respostas obtidas foi considerado insuficiente para uma representação adequada da população inquirida, tendo-se optado, também neste caso, pela realização de entrevistas semiestruturadas⁷.

5.2. SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A seleção dos casos não se constitui por acaso, mas em função de características específicas que o investigador pretende estudar. Tendo em atenção o tipo de investigação presente, não podemos falar de amostragem, mas sim de um universo de análise qualitativa que pretende dar conta da diversidade de situações face a critérios considerados relevantes para o estudo.

As características da análise qualitativa dificultam uma definição *a priori* do universo de análise, tanto quanto o estabelecimento de um plano de pesquisa rígido, uma vez que se privilegia um contexto de descoberta (Guerra, 2006).

Deste modo, o estudo partiu da constituição de um grupo, de forma intencional e não estatisticamente representativa, de cinco jovens portadores de deficiência/incapacidade de carácter mental que integram o Centro de Reabilitação Profissional e que se encontravam, no início do estudo, a iniciar uma fase de primeiro contacto com o mundo do trabalho. A definição das características do grupo baseou-se, portanto, nos objetivos definidos para o presente estudo, ou seja, compreender o contributo do Centro de Reabilitação Profissional na inclusão social destes jovens.

Neste sentido, os jovens selecionados são jovens que se encontravam a iniciar a aprendizagem em contexto de estágio, permitindo acompanhar o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e relacionais. Conforme o referido, para além das entrevistas aos próprios, foram realizadas, cinco entrevistas aos respetivos encarregados de educação.

Paralelamente foi recolhido o testemunho da técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente, de modo a aprofundar o conhecimento sobre o grupo e sobre o trabalho desenvolvido no CRP, bem como de cinco empresários/empregadores locais de diferentes áreas profissionais, com vista a recolher maior diversidade de pontos de vista.

⁷ Ver guião no Apêndice 6

Seguidamente apresentam-se quadros de caracterização sociodemográfica dos participantes:

	Género	Idade	Habilitações Literárias	Função
Entrevistado 1	Feminino	33	Licenciatura	Técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente

Quadro 1. Caracterização sociodemográfica da técnica do CRP do CRIA

	Género	Idade	Habilitações Literárias	Percurso Formativo
Entrevistado 1	Feminino	19	9º Ano de escolaridade	Percurso C, com certificação profissional: Confeção de Doces e Salgados.
Entrevistado 2	Masculino	19	6º Ano de escolaridade	Percurso C, com certificação profissional: Confeção de Doces e Salgados.
Entrevistado 3	Feminino	20	6º Ano de escolaridade	Percurso C, com certificação profissional: Operador(a) de conservação e restauro de madeiras.
Entrevistado 4	Feminino	19	9º Ano de escolaridade	Percurso C, com certificação profissional: Operador(a) de conservação e restauro de madeiras.
Entrevistado 5	Masculino	20	9º Ano de escolaridade	Percurso C, com certificação profissional: Operador(a) de conservação e restauro de madeiras.

Quadro 2. Caracterização sociodemográfica dos jovens com deficiência e incapacidade

	Género	Grau de Parentesco	Idade	Habilitações Literárias	Situação face ao emprego
Entrevistado 1	Feminino	Mãe	50	9º Ano de escolaridade	Desempregada
Entrevistado 2	Feminino	Mãe	42	6º Ano de escolaridade	Desempregada
Entrevistado 3	Feminino	Avó	70	Sabe ler e escrever	Reformada
Entrevistado 4	Feminino	Mãe	60	4º Ano de escolaridade	Desempregada
Entrevistado 5	Feminino	Mãe	40	9º Ano de escolaridade	Empregada

Quadro 3. Caracterização sociodemográfica dos encarregados de educação

	Género	Idade	Habilitações Literárias	Área profissional	Integrou jovens em contexto de estágio/contrato de trabalho
Entrevistado 1	Feminino	53	12º Ano de escolaridade	Artesanato	Sim
Entrevistado 2	Feminino	65	11º Ano de escolaridade	Autarquia local	Sim
Entrevistado 3	Feminino	34	Licenciatura	Comércio na área do gás	Não
Entrevistado 4	Masculino	37	12º Ano de escolaridade	Restauração e bebidas	Sim
Entrevistado 5	Feminino	49	8º Ano de escolaridade	Comércio na área de materiais de construção civil	Sim

Quadro 4. Caracterização sociodemográfica dos empresários/empregadores locais

5.3. TRATAMENTO DOS DADOS

No que concerne ao tratamento dos dados, de acordo com o tipo de técnicas aplicadas, entendeu-se como mais adequada a análise de conteúdo do tipo categorial. A análise de conteúdo, segundo Quivy e Campenhoudt (1988), incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas. A escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do “discurso” e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento.

De acordo com Guerra (2006), a análise de conteúdo corresponde a uma técnica e não a um método. Utiliza o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido. Neste sentido, a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que foi narrado ao investigador e uma dimensão interpretativa que advém das interrogações do investigador face ao objeto de estudo.

No que concerne à análise de entrevistas, propõe-se a realização dos seguintes passos no tratamento dos dados, que se encontram de acordo com a análise de conteúdo do tipo categorial: transcrição⁸, leitura das entrevistas, construção de sinopses das entrevistas⁹ e a sua análise descritiva (Guerra, 2006).

⁸ Ver exemplo de transcrição no Apêndice 7

⁹ Ver exemplo de sinopse no Apêndice 8

PARTE III – RESULTADOS

6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS

6.1. A TÉCNICA DE APOIO AOS ESTÁGIOS E FORMADORA POLIVALENTE

A presente análise categorial visa apresentar os resultados da entrevista realizada à técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente que integra o centro de reabilitação profissional do CRIA. A sua função consiste em integrar e acompanhar os formandos na aprendizagem em contexto de estágio e, por este motivo, considerou-se pertinente recolher informação junto da mesma, com vista a conhecer o funcionamento do centro de reabilitação profissional (ver quadro 1 do ponto 5.2).

Categoria 1 – Papel do CRP no desenvolvimento de competências

Por forma a contextualizar o trabalho desenvolvido no centro de reabilitação profissional ao nível do desenvolvimento de competências nos jovens com deficiência e incapacidade, a técnica entrevistada esclarece que o percurso de formação profissional se encontra dividido em duas fases distintas. Primeiramente, os jovens têm uma formação em contexto interno e posteriormente são integrados num estágio, com durabilidade de 9 meses de aprendizagem em contexto de trabalho.

Segundo esta, atualmente o CRP integra um público com problemas sociais graves, como ausência de regras, o não saber estar em sociedade e dificuldades de relacionamento. Por conseguinte, a formação em contexto interno é uma formação base, que se inicia com um trabalho ao nível das normas sociais, evoluindo, posteriormente, para aprendizagens de carácter formativo.

Não obstante, a entrevistada considera que ao longo do percurso os jovens com deficiência e incapacidade vão evoluindo a nível comportamental, relacional e formativo. De acordo com os resultados obtidos na entrevista, após o percurso de reabilitação profissional, os jovens encontram-se aptos a exercer uma função.

De acordo com a entrevistada:

O que é certo é que depois de eles fazerem um percurso destes, já estão diferentes, fazendo neste momento uma avaliação, eles são capazes de trabalhar, e portanto existem aqui miúdos que há 2anos seriam codificados, neste momento se calhar não

(...) Mas existem estas questões sociais que têm de ser trabalhadas, para depois existir aquela ponte para a parte profissional.

Categoria 2 – Representação dos jovens sobre o viver em sociedade

Sobre a representação dos jovens com deficiência e incapacidade do que é viver em sociedade, segundo o testemunho da entrevistada, os jovens revelam ter uma visão distorcida daquilo que é estar em sociedade no que diz respeito ao relacionamento com o outro. Segundo a entrevistada, tal perspetiva é consequência das experiências negativas que os jovens vivenciaram ao longo da sua vida:

Porque há regras sociais que não estão tão presentes, e temos também alguns jovens que têm muitas dificuldades de relacionamento, não só na vida deles, mas inclusive o estar na sociedade não é fácil... eles têm uma visão um bocadinho distorcida daquilo que é estar em sociedade e acho que o percurso até aqui não tem sido muito fácil.

Deste modo, é evidente uma certa dificuldade destes jovens em “estar” na sociedade, no que respeita a determinadas regras sociais e na capacidade de procurarem o contacto com outros indivíduos.

Categoria 3 – CRP versus escola pública

De acordo com a técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente, o CRP tem uma proximidade com estes jovens que a escola pública não consegue estabelecer, permitindo uma maior atenção e perceção dos acontecimentos de vida de cada um. Neste seguimento, a técnica entrevistada refere:

Aqui é um universo muito mais pequenino, ou seja, numa escola não é tão próximo... aqui é mais próximo, têm pessoas muito mais próximas, que estão muito atentas, que percebem que há alguma coisa lá fora que não está bem (...) e todas essas coisas vão sendo trabalhadas e não é fácil.

Segundo os resultados obtidos, os técnicos do CRP dedicam grande atenção às atitudes dos jovens. Deste modo, é possível que, ao longo do percurso, se identifiquem determinadas dificuldades que são, posteriormente, trabalhadas. Contudo, a técnica entrevistada afirma que este não é um trabalho fácil, que pode ficar aquém do desejado.

Categoria 4 – Articulação entre os formandos e os locais de estágio

De acordo com a entrevistada, a integração dos jovens nos locais de estágio é realizada de acordo com as características de cada jovem. Deste modo, existe o cuidado de, nesta fase,

selecionar a entidade mais adequada, enquadrando o jovem de acordo com as suas limitações, mas também de acordo com as tarefas que este gostaria de desenvolver.

Este aspeto é considerado muito importante, evidenciando uma preocupação acrescida para que estes se sintam bem ao longo da formação prática em contexto de estágio. Segundo a entrevistada, este processo é reforçado pela delineação de estratégias de atuação, em conjunto com os formadores que acompanham os jovens na primeira fase.

É ainda importante referir que, de acordo com os resultados obtidos, a escolha do local de estágio também se encontra relacionada com a capacidade de acompanhamento por parte da entidade que receberá o jovem. Quer isto dizer que é imprescindível compreender se a empresa é uma macro empresa, que não terá a capacidade de realizar um acompanhamento muito próximo, ou se, tratando-se de uma microempresa, poderá estar mais próxima e, deste modo, realizar um acompanhamento mais adequado:

Fazer a inserção em contexto de trabalho, não é fácil (...) encontrar o sítio certo para eles, eu criei aqui estratégias. (...) Se sabe lêr, se não sabe lêr... como é o comportamento, todas essas questões são importantes saber porque do outro lado ou temos uma empresa grande que não vai obviamente ter um acompanhamento muito próximo, e temos outras, mais pequenas que podem fazer este acompanhamento próximo e isto pode-se trabalhar (...) tentei enquadrá-los, de acordo não só, com aquilo que eles gostariam de fazer.

Categoria 5 – Integração no mercado de trabalho

Neste ponto a entrevistada admite a dificuldade na real integração dos jovens no mercado de trabalho, após a formação em contexto de trabalho. De acordo com o seu testemunho, quando está em causa a realização de um estágio, este é aceite facilmente, pois não tem qualquer custo para a entidade. Porém, quando é proposto um estágio-inserção ou um contrato de trabalho, a entidade passa a ter custos com o ‘trabalhador’, o que torna a sua integração um processo difícil.

Sobre estes aspetos:

A verdade é que isto não tem nenhum custo para a entidade, porque eles têm bolsa de formação, subsídio de alimentação e o transporte, é tudo suportado, o que eles têm de dar é um tutor, um apoio... e socialmente estão a agir (...) depois quando vamos para um estágio-inserção, aí já, apesar de haver um apoio de 95% à empresa, esta tem ainda de suportar à volta de 200€ (...) se eles rentabilizarem isso para a empresa.

Não obstante, segundo a técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente, esta integração é viável, sendo que já teve casos de sucesso. É necessário, portanto, que os empregadores locais sejam sensibilizados neste sentido e, também, que os jovens desenvolvam as suas competências de modo a satisfazer as necessidades das entidades.

Categoria 6 – A inclusão social dos jovens com deficiência e incapacidade

De acordo com o exposto anteriormente, importa realçar que, para além de promover a ponte entre os jovens e as entidades, existe uma preocupação, por parte da técnica, de acompanhar os estágios no sentido de reunir esforços para que os formandos possam vir a ser inseridos no mercado de trabalho.

Para tal, a técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente entrevistada explica que, durante o decorrer da aprendizagem em contexto de trabalho (estágio), inicia uma função de mediação perante a entidade, dando a conhecer os benefícios de uma posterior integração num estágio-inserção.

Para além do contributo a nível formativo, identifica-se, a partir da informação recolhida, um trabalho ao nível das perspetivas de vida. A técnica entrevistada partilha a opinião de que as expetativas de vida destes jovens tendem a ser muito limitadas, sendo, portanto, o empoderamento um trabalho difícil, que requer algum tempo de maturação.

Segundo a mesma:

Há sempre aqui uma tentativa, pelo menos da minha parte, de mudar um bocadinho as ambições... com conversas e estratégias, acabamos por chegar lá. Começamos com: qual é o teu objetivo de vida? O que é que tu queres para ti? E descobrimos que as perspetivas são muito limitadas (...) é algo que leva tempo a mudar. (...) Eu faço sempre a ponte com o IEFP, eles terminam o percurso comigo, mas depois tudo o que é estágio-inserção é com o IEFP, o que eu faço é ir estimulando a entidade, sensibilizando para a seguir ao estágio em contexto de trabalho, integrarem um estágio-inserção, informando a entidade que tem benefício...

Deste modo, é possível concluir que todo o percurso formativo, onde se trabalham questões sociais, expetativas de vida e se reúnem esforços para a criação de uma ponte entre o jovem e o mundo do trabalho, são fundamentais na questão da inclusão social.

6.2. JOVENS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE INTEGRADOS NO CRP

Depois da contextualização sobre o Centro de Reabilitação Profissional e o trabalho nele desenvolvido, importa agora dar conta dos resultados das entrevistas realizadas ao grupo em estudo. Conforme o referido, o grupo é constituído por cinco jovens com deficiência e incapacidade integrados no Centro de Reabilitação Profissional que, à data do trabalho de recolha de dados, se encontravam prestes a integrar o estágio/aprendizagem em contexto de trabalho. A caracterização sociodemográfica do grupo encontra-se exposta no quadro 2, do ponto 5.2 do capítulo anterior.

Categoria 1 – Ocupações de tempos livres

De acordo com os resultados obtidos, os jovens com deficiência e incapacidade entrevistados revelam alguma capacidade relacional, uma vez que referem como formas de ocupação de tempos livres o ir a festas, passear, jogar à bola, estar com os amigos e conversar.

Não obstante, dois dos entrevistados manifestam maioritariamente atividades de carácter individual, não demonstrando a existência de uma rede de relacionamentos que vá além do Centro de Reabilitação Profissional (ex: estar no PC, cantar, ir ao facebook).

Categoria 2 – Expetativas de vida

Relativamente às expetativas de vida do grupo de jovens com deficiência e incapacidade entrevistados, podemos aferir que estas não se evidenciam em todos os sujeitos. Neste sentido o grupo não se apresenta homogéneo. Deparámo-nos com jovens sem qualquer ambição, motivação e objetivos de vida delineados, e mesmo quando é manifesto algum objetivo, este tende a revelar-se vago. Quando questionados sobre os seus projetos de vida, as respostas foram de incerteza, não tendo sido referida qualquer área profissional como preferência.

Por outro lado, nos jovens que apresentam expetativas de vida, é notória a dificuldade em definir objetivos específicos. Evidencia-se apenas a presença de uma motivação em integrar o mercado de trabalho e/ou criar o próprio negócio, tendo como objetivo alcançar um futuro estável.

Entrevistado 1:

Gostava de estar num restaurante (...) senão puder ter um, trabalhar para alguém.

Entrevistado 3:

Oh, queria ter um futuro bom (...) Sim uma família, gostava muito de ser mãe (...) Sim e trabalhar (...) Quando era mais nova, tinha um sonho, que era ser veterinária, mas agora é impossível (...) agora gostava de ser esteticista, arranjar unhas e isso.

As suas limitações e incapacidade, e as suas histórias de vida poderão dificultar a definição de projetos específicos. Isto é, a presença do estigma relativamente a estes jovens parece fomentar uma baixa autoestima e limita o leque de opções no acesso à vida em sociedade.

Categoria 3 - Perceção de melhorias face ao passado

No que concerne a esta categoria, o elemento de comparação estabeleceu-se na experiência de frequência de uma escola pública e do CRP. Neste seguimento, os entrevistados comungaram da opinião de que esta mudança representou um acontecimento positivo na sua história de vida. Sobre este aspeto, a maior parte dos entrevistados refere que não gostava de frequentar a escola pública, manifestando a sua preferência pelo Centro de Reabilitação Profissional do CRIA.

Entrevistado 4:

Todos os dias estava a faltar (...) Não gostava dos professores.

Entrevistado 3:

Gosto. Aprendi a ter mais juízo, quando entrei para aqui não tinha juízo nenhum, na escola era só faltar.

Deste modo, verifica-se que a integração no CRP motivou os jovens para a aquisição de uma formação que lhes proporcione maiores oportunidades de integração no mercado de trabalho. Segundo os relatos dos entrevistados, na escola pública não se identificavam com os professores, levando ao desinteresse pela aprendizagem.

Categoria 4 – Desenvolvimento de competências após integração no CRP

O desenvolvimento de competências após a integração do grupo no centro de reabilitação profissional parece centrar-se essencialmente nas competências relacionais e comportamentais.

Embora os sujeitos entrevistados revelem dificuldade em desenvolver de forma aprofundada estas questões, referem ter aprendido a relacionar-se com o outro, reconhecendo, na generalidade dos casos, que no passado apresentavam alguma timidez no seu modo de relacionamento.

Segundo o entrevistado 2:

Não era assim muito de falar (...) Era mais calado e depois fui começando a falar com as pessoas.

No que concerne às atitudes comportamentais, as respostas obtidas permitem concluir que o grupo apresenta uma melhoria. Os jovens explicam que na escola pública adotavam uma postura de mau comportamento, enquanto no Centro de Reabilitação Profissional essa atitude não se verifica.

De acordo com o entrevistado 4:

Desde melhorar o comportamento (...) entrei para aqui comportava-me muito mal.

Esta melhoria a nível comportamental parece dever-se ao facto de, como referido anteriormente, os jovens demonstrarem uma preferência pelo Centro de Reabilitação Profissional, onde se têm identificado mais com as pessoas em geral e estabelecido um bom relacionamento com os colegas e com os técnicos da formação profissional.

Categoria 5 – Formação profissional adquirida

Nesta categoria é notória a incapacidade de desenvolvimento de respostas, sendo que as mesmas foram na generalidade de carácter afirmativo. Este tipo de respostas deriva em parte, da deficiência e incapacidade mental presente no grupo, sendo que, por vezes, revelam incapacidade de desenvolver determinadas questões.

Não obstante, é possível constatar que o percurso que têm vindo a traçar no CRP, auxiliou, em alguns casos, na definição de objetivos de vida e no aumento das suas competências profissionais, embora, nem sempre, a área de formação frequentada corresponda à área profissional pela qual os jovens manifestam vontade de integrar o mercado de trabalho.

Entrevistada 3:

Sim, aprendi como é a vida no trabalho, porque aqui agente trabalha e na escola não era assim.

Categoria 6 – Expetativas relativamente ao estágio

A integração em estágio como etapa final do percurso de formação profissional é uma fase fulcral, em que existe um primeiro contato real com o mundo do trabalho. Neste sentido, é uma fase importante no estabelecimento de pontes entre o jovem portador de deficiência e a sociedade, não apenas a nível profissional, mas também pessoal, já que, ao desenvolver as competências relacionais acima referidas, é expectável uma maior facilidade de integração numa rede de relacionamentos sociais mais ampla.

Por outro lado, alguns jovens apresentam expetativas elevadas relativamente ao desenvolvimento de novas aprendizagens no contexto de estágio, que explicam sentimentos de nervosismo, ansiedade, esperança e entusiasmo.

Entrevistado 3:

Ah, vai ser bom, vou aprender muita coisa e é um sítio que até gosto e assim (...) Se for muita gente é mais... (...) atrapalha muito, depois começo a falar e não sei o quê, depois olha distraio-me.

Apenas dois entrevistados demonstraram expetativas baixas relativamente a esta etapa da sua formação, revelando uma atitude negativa face ao estágio. Nestes casos, foi possível identificar dificuldades de adaptação ao meio social, decorrentes da criação precoce de representações negativas face aos colegas de trabalho.

Entrevistado 4:

“Não gosto das pessoas. (...) estou a falar a sério, vais ver, metade do tempo estou em casa a dormir. Estou a falar a sério, já avisei que ia faltar”

Categoria 7 – Expetativas sobre inserção no mercado de trabalho

As expetativas sobre a inserção no mercado de trabalho, de acordo com os resultados obtidos, não se revelam particularmente elevadas. Nas questões direcionadas a este tema, os jovens entrevistados não desenvolvem as respostas, sendo estas de carácter breve, embora afirmativo.

Denota-se, portanto, pouca convicção numa real integração no mercado de trabalho, na maioria dos casos. Apenas um entrevistado vai mais longe na sua resposta, manifestando agrado pela possibilidade de vir a ser integrado posteriormente na empresa onde irá iniciar o estágio:

“E se no sítio onde for estagiar, ficar, ainda melhor.”

6.3. ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE QUE INTEGRAM O CRP

Tendo em conta que os jovens entrevistados não desenvolveram algumas questões com a profundidade desejada, procurou-se recolher mais informações sobre o grupo junto dos respetivos encarregados de educação. Deste modo, a presente análise categorial pretende complementar os resultados apresentados no ponto anterior (ver quadro 3 do ponto 5.2), reportando-se ao período em que os estágios estavam já em curso.

Categoria 1 – Características dos jovens com deficiência e incapacidade

A partir das entrevistas aos encarregados de educação dos jovens foi possível constatar que, do ponto de vista comportamental, o grupo engloba sujeitos cujo comportamento é regular, mas também sujeitos cujo comportamento é, por vezes, pautado por atitudes de contrariedade e instabilidade.

O entrevistado 3 afirma que:

Tem um feitio assim contra a maré (...) É do contra, nem sei explicar, ela está muito bem e depois muito mal...

A nível de relacionamento, é possível aferir que os sujeitos são, na sua generalidade, relacionais, embora não procurem o contacto com o outro, verificando-se alguma

capacidade de resposta e de manter uma conversa. Não obstante, num dos casos, o encarregado de educação refere que o jovem é fechado em contexto familiar, sendo mais aberto noutros relacionamentos sociais. Foi, também, relatada alguma incapacidade em distinguir o correto do incorreto, de onde se depreende uma enorme necessidade de trabalhar estas questões comportamentais e relacionais, fomentando o desenvolvimento do jovem, para que este possa adotar uma postura adequada nas suas ações do quotidiano.

De acordo com o entrevistado 2:

Muito calma... muito fechada, não se abre muito (...) nunca me conta nada... sei tudo pelos outros (...) a X tem um defeito, não sabe distinguir o bem e o mal e antes ia pelo mal...

Categoria 2 – Integração no CRP

Relativamente à integração dos jovens com deficiência e incapacidade no Centro de Reabilitação Profissional, os encarregados de educação entrevistados pensam que este acontecimento na vida do jovem foi bastante positivo, fomentando o desenvolvimento de competências profissionais e trabalhando questões que pensam vir a ser úteis numa possível integração no mercado de trabalho. De acordo com a opinião destes, no Centro de Reabilitação Profissional, os técnicos são pessoas que mantêm uma relação de proximidade com o jovem, existindo, neste sentido, uma maior atenção às atitudes dos jovens e um maior controlo sob comportamentos menos corretos que estes possam adotar.

O entrevistado 2 reforça a ideia:

Na escola pública era realmente pior... no CRIA sempre ficou melhor (...) são mais pessoas em cima da X, é mais controlado... mais próximo... se for puxada para bons caminhos, ela vai. (...)

No que concerne à anterior frequência de uma escola pública, em alguns casos os encarregados de educação referem que os jovens vivenciaram experiências muito negativas devido à presença de atitudes discriminatórias. O comportamento indevido e as dificuldades de aprendizagem visíveis nos jovens eram causa de afastamento por parte dos colegas de turma. Foi ainda manifestada, num dos casos, a sensação de falta de crença dos professores nas capacidades dos jovens.

Segundo o entrevistado 4:

Só que na escola ela era discriminada (...) colocavam na de lado... porque ela era a última a acabar os trabalhos... ela tinha dificuldades, era mais vagarosa... então ficava sozinha (...) porque as professoras também não faziam nada... (...) muito fez ela na escola... porque a professora primária dela, dizia que ela nunca ia conseguir avançar na escola... e lá está, não conseguia porque na primária não a ensinavam... mas conseguiu, chegou ao 9º ano (...)

Importa ainda fazer referência à opinião dos entrevistados sobre a formulação de projetos de vida por parte dos jovens com deficiência e incapacidade. Sobre este aspeto, os encarregados de educação, na sua maioria, consideram que após a integração dos jovens no Centro de Reabilitação Profissional estes começaram a demonstrar ambições, a traçar objetivos e a perspetivar um futuro. Neste sentido, destaca-se a motivação dos jovens para integrarem o mercado de trabalho e frequentarem novos cursos que possibilitem o aumento das suas habilitações académicas e profissionais, com vista à sua emancipação socioeconómica.

Não obstante, num dos casos, o encarregado de educação refere que o jovem não mantém uma postura aberta relativamente aos seus objetivos de vida. Tal facto não permite ao encarregado de educação conhecer as ambições e perspetivas futuras do jovem. A este respeito, não podemos esquecer que o trabalho a desenvolver com estes jovens, na maioria das vezes, não se traduz num processo ágil, mas sim num processo demorado e nem sempre linear, onde devem ser tidas em conta as limitações mentais e as histórias de vida de cada formando.

Categoria 3 – Competências desenvolvidas

No que concerne a esta categoria de análise, os encarregados de educação referem ter identificado o desenvolvimento de competências relacionais, comportamentais, sociais e profissionais nos jovens.

Embora ainda não procurem um contacto relacional, os jovens apresentam maior abertura no que concerne ao relacionamento com o outro. Comparativamente aos comportamentos inadequados que alguns destes jovens evidenciavam durante a frequência da escola pública, os encarregados de educação identificam uma alteração significativa. Neste sentido, conclui-se que o comportamento dos jovens melhorou de forma acentuada, demonstrando atualmente um comportamento adequado, pautado por atitudes moderadas e mais adultas.

Segundo o entrevistado 1:

Antes também se portava bem, nunca me deu problemas, mas agora relaciona-se melhor... relaciona-se melhor e tem comportamentos mais adultos (...) aqui em casa também notei, fala mais.

Ao nível de competências formativas, os entrevistados referem que os jovens têm vindo a adquirir novas aprendizagens, que possibilitam a realização de tarefas que anteriormente não eram capazes de desenvolver.

No que se refere às competências sociais, os encarregados de educação identificam aspetos bastante positivos, como a presença de novos hábitos no que concerne à realização das tarefas diárias de gestão e higiene habitacional e pessoal. Segundo os mesmos, até à inserção no CRP, os jovens não apresentavam iniciativa no desenvolvimento destas tarefas, existindo uma posição de oposição e resistência ao desenvolvimento de hábitos simples tão simples como o vestir, tomar o banho, pôr a mesa, etc.

Entrevistado 4:

Sim, e fala mais, sim... (...) Ela agora está na bola... e portanto, está contente, as pessoas de lá dizem que gostam dela, arranjou colegas e gostam muito dela... (...) ela porta-se bem, mas às vezes ainda dá aquelas respostas tortas (...) muito melhor, desde vestir-se, arranjar-se, até tomar o banhinho... e antes ela não queria, tinha de estar sempre a ralar com ela.

Neste sentido, é possível afirmar que após a integração no Centro de Reabilitação Profissional, os jovens desenvolveram de forma significativa estas competências sociais básicas, que constituem um aspeto fulcral no processo de reabilitação, pois sem elas não é possível uma preparação adequada para a integração no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Categoria 4 – A fase de estágio/aprendizagem em contexto de trabalho

Como tem vindo a ser referido, o estágio/aprendizagem em contexto de trabalho consiste numa fase fulcral no processo percorrido pelos jovens no Centro de Reabilitação Profissional. Deste modo, tornou-se imprescindível aprofundar o modo como os jovens se encontram a vivenciar esta fase.

Neste sentido, e sobre este aspeto, os encarregados de educação entrevistados referem que esta fase tem sido uma experiência bastante positiva para os jovens com deficiência e

incapacidade. Segundo eles, os jovens têm vindo a desenvolver sentido de responsabilidade, e têm adquirido novas competências formativas que permitem aprofundar os conhecimentos transmitidos em contexto de sala de aula no Centro de Reabilitação Profissional.

Entrevistado 2:

Ela tem dias (...) mas está melhor, mais responsável... sim, está melhor! (...) ela aprendeu muito... chegava a casa e contava ao pai que já fez isto e aquilo... aprendeu... sobre as ferramentas e coisas que ela desconhecia e não ligava muito.

Entrevistado 3:

Ela adora-os e eles gostam dela... vem contente. (...) Ela dá-se muito bem com elas, mesmo as empregadas perguntam-me por ela, se está contente e dizem que gostam muito dela... Ela está mais responsável. E há dias que conta tudo, outros que não.

Não obstante, de acordo com os entrevistados, nem sempre as tarefas desenvolvidas no local de estágio estão em concordância com os métodos incutidos nos jovens no Centro de Reabilitação Profissional, o que, em alguns casos, dificulta a adaptação do jovem às tarefas a desenvolver.

Para além dos aspetos acima referidos, os encarregados de educação são da opinião que os jovens têm desenvolvido espírito de iniciativa e companheirismo. Este aspeto considera-se importante, pois podemos afirmar que, no mercado de trabalho atual, e qualquer colaborador deve adotar uma postura proactiva, bem como manter um bom relacionamento com os colegas. Para tal, o companheirismo consiste numa característica importante a desenvolver.

Entrevistado 4:

Ela vem contente... ela só não gostava muito quando tinha lá uma colega (...) ficava com o trabalho mais fácil e dava o pior à X... e a X nunca sai à hora, chega sempre mais cedo e sai sempre mais tarde... cumpre os horários (...) porque vê a senhora da loiça atrapalhada e diz que lhe custa vir embora e deixar a senhora sozinha... é muito companheira, gosta muito de ajudar (...) A diferença é que a acho mais responsável... porque ela sabe as tarefas dela e fala sobre isso... faz tudo no estágio... e não está à espera que a mandem fazer, ela vai e faz, toma iniciativa...

Categoria 5 – Expetativas sobre o futuro

Apesar de tudo o que atrás foi dito, as expetativas dos encarregados de educação relativamente ao futuro dos jovens revelam-se muito vagas. Na maior parte dos casos, os encarregados de educação fazem apenas referência a uma possível integração no local de estágio, no entanto, não desenvolvem de forma aprofundada esta questão. Pensam, sobre este aspeto, que o jovem irá conseguir alcançar uma vida organizada.

Entrevistado 2:

Olhe eu não sei, sinceramente não sei... tenho muitas dúvidas... como ela não tem escolaridade nenhuma, não vejo grande futuro... é o que lhe digo, enquanto ela não conseguir tirar o 9º ou o 12º ano vai ser complicado.

É importante referir que, analisando as características do grupo de encarregados de educação entrevistados, estes encontram-se na sua maioria desempregados e não apresentam níveis de qualificação elevados. Neste sentido, pensa-se que a sua própria condição socioeconómica poderá explicar a ausência de expetativas de vida mais elevadas relativamente aos jovens, independentemente das competências que venham a desenvolver.

6.4. EMPRESÁRIOS/EMPREGADORES LOCAIS

O último ponto da apresentação dos resultados obtidos refere-se ao grupo de cinco empresários/empregadores locais (ver quadro 4 do ponto 5.2). As presentes entrevistas foram realizadas com o objetivo de conhecer a opinião destes atores sobre a integração de jovens portadores de deficiência e incapacidade.

Categoria 1 - Aceitação de portadores de deficiência e incapacidade em contexto de estágio/contrato de trabalho

A aceitação de portadores de deficiência e incapacidade em contexto de estágio/contrato de trabalho representa uma questão fulcral para o presente trabalho. No grupo de empresários/empregadores locais entrevistados, identifica-se apenas um caso em que a respetiva entidade nunca acolheu estes jovens.

Como motivo, o empresário refere que recruta os seus colaboradores através do IEFP, sendo que esta entidade não tem referenciado trabalhadores com estas características. Por conseguinte, nunca surgiu a oportunidade de integração destes jovens.

Neste sentido, importa realçar que o IEFP tem um papel imprescindível na integração dos jovens no mercado de trabalho, pois após o percurso formativo no Centro de Reabilitação Profissional, o IEFP deve complementar este processo, fomentando a integração destes jovens com base nas medidas de apoio à contratação de portadores de deficiência e incapacidade existentes.

No que concerne aos entrevistados que já integraram ou integram atualmente este público em contexto de estágio ou contrato de trabalho, é possível concluir que estes apresentam como motivação para esta integração a responsabilidade social assumida. Sobre este aspeto, importa realçar que alguns dos entrevistados apresentam consciência da necessidade de apoiar jovens com estas características, estando a agir socialmente, pois reconhecem que, de outro modo, os jovens com deficiência e incapacidade não encontrarão oportunidades que permitam o acesso a uma qualidade de vida mínima.

Segundo o entrevistado 2:

Eu gostei dele, tem algumas incapacidades, mas é trabalhador... sempre foi bem recebido por nós, portanto acho que é um bem comunitário que estamos a fazer (...) também se viesse outro nas mesmas condições com certeza que aceitaria, porque acho que casos desses a junta de freguesia deve ter em atenção (...) apoiar socialmente estes jovens e estas famílias.

Outro ponto bastante referido por este grupo de entrevistados remete para a experiência de contacto com estes jovens. Segundo os mesmos, a experiência é pautada pela troca de aprendizagens, reconhecendo a existência de capacidades nestes jovens.

Sobre este aspeto o entrevistado 1 refere:

Bem, para começar está a ser uma experiência muito rica (...) quero que ela possa levar algo daqui e que possa dizer que este tempo valeu a pena (...) até porque ela está na área do restauro e ela própria acabou por me dizer «faz-se assim» (...) na parte dos móveis é ela que tem esta parte teórica presente.

Categoria 2 - Integração no mercado de trabalho

Tem vindo a demonstrar-se ao longo do presente trabalho que a integração de indivíduos com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho constitui uma das problemáticas atuais da sociedade. Os empresários/empregadores locais entrevistados reconhecem a existência desta dificuldade de integração, apontando, como uma das principais causas, a discriminação social relativamente a este grupo.

Segundo os mesmos, as limitações e incapacidades deste público geram baixas expectativas relativamente ao seu desempenho no mercado de trabalho. Por outro lado, reconhecem que integrar um jovem com deficiência e incapacidade requer disponibilidade por parte do empregador para que seja possível ensinar e apoiar um trabalhador com estas características.

Entrevistado 5:

Eu penso que é a mentalidade das pessoas. Ainda é um bocadinho retrograda, porque pensam que havendo uma pequena incapacidade as pessoas não estão aptas para nada nem têm direito a nada. Não é o caso, se tivermos paciência e soubermos ensinar, escutar... e uma coisa só que eles não gostam é de serem contrariados... acima de tudo é necessária muita paciência (...)

Entrevistado 2:

Eu acho que às vezes é a maneira das pessoas os aceitarem. Se o X encontrar alguém que o ajude, ele obedece, trabalha e colabora, mas senão encontrar apoio por parte da entidade, é difícil e às vezes as entidades têm dificuldade em contratar esses miúdos (...) no meu caso, não e até acho bem, nem me importava mais tarde se for preciso, contratar, através do IEFP.

Não obstante, os entrevistados apontam ainda a pouca durabilidade dos apoios prestados por parte do Estado. Na generalidade, as medidas de apoio à contratação de indivíduos portadores de deficiência, embora participadas entre 90% a 100% têm, apenas, uma duração máxima de 12 meses. A título de exemplo, é referido por um dos empresários/empregadores entrevistados o caso das microempresas em crescimento, que têm dificuldade em suportar os custos de integração de um indivíduo portador de deficiência e incapacidade.

Considera-se igualmente pertinente referir que, segundo os entrevistados, as características do mercado de trabalho têm vindo a sofrer transformações significativas, sendo que existe atualmente um nível de exigência elevado no que concerne ao uso das novas tecnologias e ao nível das habilitações académicas. Tal dificulta a integração destes jovens, pois na maioria dos casos estes apresentam baixos níveis de qualificação e podem, de acordo com o seu grau de limitação, ter alguma dificuldade de adaptação aos avanços tecnológicos.

O entrevistado 4 salienta:

O mercado de trabalho hoje em dia é muito diferente de há 10/15 anos atrás... as exigências são maiores, existe uma grande exigência a nível das novas tecnologias e

ensino (...) A verdade é que qualquer patrão tenta ter alguém totalmente capaz. (...) Por exemplo, se a casa estivesse com dificuldades e tivéssemos de abdicar naquele momento de alguém, teria de ser com certeza da X... e isto não tem nada a ver com a X, mas com as pessoas que conseguiriam cumprir e suprir certas faltas... teria de ser para o bem da empresa.

Por fim, foi possível concluir que os empresários/empregadores locais procuram trabalhadores que sejam totalmente capazes de cumprir com autonomia um leque alargado de tarefas, bem como trabalhadores com capacidade de adaptação às necessidades da empresa, competências que não são fáceis de encontrar neste público.

Categoria 3 - Capacidades e limitações

No que concerne às capacidades e limitações dos indivíduos com deficiência e incapacidade, os empresários/empregadores locais entrevistados partilham da opinião de que estes indivíduos têm capacidades e competências válidas, apesar das limitações que apresentam, muito embora, estas não sejam, muitas vezes, socialmente valorizadas e reconhecidas, remetendo este grupo para um “espaço limitado”.

Entrevistado 5:

Eles têm muitas qualidades, muitas mesmo... porque seja qual for o grau de deficiência, claro que não pode ser muito profunda... eles têm mesmo gosto e brio em mostrar que são capazes de desempenhar as funções, estão aptos para isso... claro que às vezes precisam de uma ajuda.

No seguimento desta ideia, os sujeitos entrevistados consideram que estas capacidades podem e devem ser trabalhadas, por forma a fomentar o desenvolvimento de novas competências. Não obstante, revelam consciência de que estas serão sempre variáveis em função do grau de limitação dos indivíduos. Neste sentido, sustentam que as tarefas atribuídas aos jovens devem ser de carácter simples e sempre adaptadas ao grau de limitação que apresentam.

Destaca-se a ideia do entrevistado 4:

As tarefas dela eram relativamente simples, lavar, limpar, partir ovos... não consegue fazer tigeladas, não consegue montar palhas” (...) É nessas capacidades que nos devemos centrar. Estar a querer que uma pessoa que tem dificuldade a ler, preste um serviço onde é obrigada a ler e a escrever, não dá... deve adaptar-se... por exemplo a X uma das coisas que não podia fazer, era pesar 1kilo... uma tarefa relativamente simples, mas talvez outras pessoas com deficiência talvez o conseguissem (...)

Deste modo, é possível concluir que, os empresários/empregadores locais entrevistados, reconhecem nestes indivíduos capacidades para desenvolver tarefas, desde que as entidades tenham a sensibilidade de se adaptar às suas limitações.

Categoria 4 - Contributo da formação profissional no desenvolvimento de competências

Relativamente ao contributo da formação profissional no desenvolvimento de competências de indivíduos com deficiência e incapacidade, a opinião dos empresários/empregadores locais entrevistados é bastante favorável.

Segundo as respostas obtidas, este grupo considera que a formação profissional desenvolve competências imprescindíveis para a integração destes jovens no mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento de competências profissionais e relacionais que facilitam este processo. Neste sentido, destacam algumas competências chave, como o cumprimento de regras e horários, o espírito de iniciativa e o manter-se ativo no desenvolvimento das tarefas.

O entrevistado 1 refere:

Eu acho que o trabalho vem do CRIA quase feito, só o facto de estar a aprender como se faz já é enriquecedor... No caso de sítios maiores, como uma câmara aí eles vão contactar com mais gente e desenvolver... Neste caso eu coloco a formanda no meu ateliê e aí existem algumas pessoas a trabalhar com quem ela se relaciona (...) Ajuda a relacionar-se com as pessoas.

Ainda de acordo com o entrevistado 4:

Conheço pessoas que vieram do CRIA e trabalharam na Câmara Municipal, como jardineiros e etc e penso que sempre cumpriram com o trabalho... vieram minimamente preparados, mas cada caso é um caso e deve ser canalizado (...) para já, as competências relacionais, há muitos que não os têm... atenção a X era muito difícil ao início, ela abrir-se (...) deveria ter melhorado as suas competências relacionais... embora ela fosse uma pessoa relacional, não ia procurar o contacto com as pessoas (...) por exemplo, manda-la às compras, era difícil...

Não obstante, e apesar do bom trabalho que reconhecem ter vindo a ser desenvolvido no Centro de Reabilitação Profissional, alguns dos entrevistados, pensam que existem aspetos que podem ser aperfeiçoados, nomeadamente no que concerne ao estágio/aprendizagem em contexto de trabalho que, segundo a opinião deste grupo de empresários, deveria decorrer durante um período de tempo mais alargado por constituir uma experiência

positiva, quer porque permite ao jovem relacionar-se com o outro, quer pela aquisição de novas aprendizagens ao nível formativo.

Categoria 5 - A formação profissional como fator impulsionador da inclusão social

No que diz respeito à formação profissional como fator que impulsiona a inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade, os empresários/empregadores entrevistados partilham uma opinião positiva relativamente ao seu papel. Estes consideram que a formação profissional impulsiona a inclusão social dos jovens, sobretudo em casos de deficiência não acentuada.

Consideram, igualmente, que é possível trabalhar com estes jovens e que a formação dada no Centro de Reabilitação Profissional funciona como um estímulo, proporcionando um contacto com o meio e com outros indivíduos da sociedade, pelo que, de outro modo, estes jovens não teriam a possibilidade de ser socialmente incluídos. A formação profissional, neste sentido, é vista como tendo uma função de mediação entre o jovem e o mercado de trabalho.

Os entrevistados referem, com grande destaque, a promoção do relacionamento com o outro. Ao desenvolver competências relacionais e profissionais que proporcionam o contacto com novos contextos sociais, a formação profissional está a desenvolver no jovem o sentimento de utilidade, mas está também a promover a possibilidade de convívio com o outro.

Entrevistado 3:

Sim, concordo, porque desde que haja convívio, é bom... quanto mais lidam com as pessoas, mais sociabilizam (...) se tiverem uma vida normal, onde se sentem úteis e não desprezados, acho que são só coisas positivas para eles, mas lá está, mais uma vez, a mentalidade da nossa sociedade não ajuda.

Não obstante, os entrevistados identificam, como desafio, a necessidade de uma maior sensibilização junto das entidades empregadoras locais. Na perspetiva dos empresários/empregadores é importante inculcar a ideia de que um jovem com uma incapacidade está apto para desempenhar determinadas funções, ainda que, nalguns casos, não possam envolver grande responsabilidade. Na ótica dos entrevistados, o facto de o jovem ter a possibilidade de desenvolver tarefas, ainda que simples, proporciona uma

experiência de felicidade que é fundamental para a sua inclusão social, porque assenta no reconhecimento da sua utilidade. Neste sentido, parecem reconhecer o processo de empoderamento dos indivíduos com deficiência e incapacidade.

Entrevistado 5:

Sim, penso que contribui para a inclusão social, mas, embora o trabalho desenvolvido já seja algum, eu acho que devia haver uma força maior junto das empresas... e um apoio para as empresas poderem contratar... e também fazer ver aos empresários que o jovem apesar de ter deficiência, pode desempenhar determinadas funções, não uma com muita responsabilidade, mas coisas simples... eles ficam felizes...

É possível ainda evidenciar que, na ótica de alguns dos empresários entrevistados, a formação profissional deveria dispor de um leque mais diversificado de oferta no que concerne às áreas formativas, para que as possibilidades de integração no mercado de trabalho possam estender-se a diferentes áreas profissionais. Na opinião destes, também a duração do estágio/aprendizagem em contexto de trabalho, deveria ser alargado, de modo a desenvolver um trabalho mais sistemático e sustentado.

Por fim, estes entrevistados consideram indispensável um acompanhamento continuado após a formação no Centro de Reabilitação Profissional, de modo a que o jovem continue a ter um suporte e uma orientação que sirvam de pilar à sua integração no mercado de trabalho, potenciando a sua inclusão social.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos na investigação realizada no presente trabalho pretendem dar resposta aos objetivos delineados e traçados, de acordo com a pergunta de partida inicialmente levantada: *de que forma a formação profissional contribui enquanto instância mediadora no processo de inclusão social de jovens com deficiência/incapacidade?*

A discussão de resultados seguidamente apresentada vai de encontro aos objetivos definidos na contextualização metodológica da presente investigação e aos contributos teóricos apresentados na contextualização teórica do trabalho.

O primeiro objetivo definido consiste em *compreender de que modo a formação profissional contribui para o processo de inclusão social de jovens portadores de*

deficiência e incapacidade. A formação profissional é um processo que consiste, não só, na aquisição de competências profissionais por parte do jovem com deficiência e incapacidade, mas também, de acordo com Ferreira (2010), numa formação a nível social, que prepara o indivíduo para adotar um papel ativo na sociedade.

Neste sentido, é de frisar que este público tem vindo a apresentar falta de competências sociais graves, como a ausência de regras e o não saber estar em sociedade. Neste aspeto, os dados empíricos recolhidos vão ao encontro das correntes comportamentalista e sociológica, que associam o défice mental a um défice de comportamento e, respetivamente, à dificuldade em adaptar-se ao meio social (Febrá, 2009). Esta dificuldade de adaptação ao meio, segundo resultados obtidos, deriva também da representação distorcida dos jovens daquilo que é viver em sociedade.

Não obstante, tal não parece dever-se necessariamente à deficiência ou incapacidade, mas a um percurso de vida pautado por acontecimentos difíceis. De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas aos familiares, muitas vezes os jovens são discriminados e colocados de parte devido a características relacionadas com as suas dificuldades de aprendizagem e a adoção de comportamentos considerados inadequados.

Temos vindo, portanto, a reconhecer que a discriminação se encontra ainda muito presente na sociedade, atrasando o processo de inclusão social dos grupos minoritários. A discriminação motiva a exclusão social que, por sua vez, se traduz em múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras, e está na origem de uma participação social inadequada. Neste sentido, deve lembrar-se que a inclusão social é o processo que tem como objetivo promover a inclusão dos segmentos em vulnerabilidade social (Borba & Lima, 2011).

Como consequência, os próprios indivíduos acabam por ter experiências negativas, dificultando a sua adaptação à sociedade. De acordo com Crespo (2015), o empoderamento do indivíduo na sociedade é um processo que se torna difícil não apenas pela condição do jovem portador de deficiência e incapacidade, mas pela posição da sociedade relativamente a este grupo.

Os resultados deste estudo demonstram que as competências sociais são reforçadas na formação profissional, com vista a promover uma interação com a sociedade mais eficaz, contudo é um processo difícil e demorado.

No que concerne às competências relacionais e comportamentais, estas são trabalhadas e reforçadas ao longo de percurso traçado no Centro de Reabilitação Profissional, pelo que, segundo os resultados obtidos, se assiste a uma melhoria significativa a nível comportamental nos jovens, bem como a avanços na capacidade do jovem estabelecer uma relação com o outro.

Na perspetiva dos familiares entrevistados, estes jovens são minimamente relacionais, no entanto não procuram um contacto com a sociedade, apresentando sinais de instabilidade, contrariedade e pouca abertura perante o outro. Segundo Febra (2009), a deficiência mental é também pautada por limitações nas formas de comunicação e relacionamento social. A proximidade dos técnicos no CRP é, por isso, vista como um aspeto bastante positivo, que fomenta o interesse e facilita o desenvolvimento de competências relacionais e comportamentais, algo que, no ensino regular, não se verifica.

Por conseguinte, os resultados obtidos permitem concluir que a formação profissional proporciona a integração dos jovens com deficiência e incapacidade, preparando-os, através da estimulação de certas competências, para a sua inclusão social. Segundo Crespo (2013), o empoderamento a nível psicológico, sociocultural, político e económico, permite que estes jovens aumentem a eficácia no exercício da cidadania plena. Deste modo, o processo de formação profissional é tido como fundamental, na medida em que gera um mecanismo de intervenção que pretende o equilíbrio social.

A vertente da reabilitação profissional confere aos jovens com deficiência e incapacidade a especialização numa determinada área profissional, o que constitui claramente um aspeto que também impulsiona a inclusão social destes indivíduos. Tal remete-nos para o segundo objetivo traçado, *compreender em que medida a inserção num centro de reabilitação profissional influencia as oportunidades de inserção no mercado de trabalho de jovens portadores de deficiência e incapacidade.*

Neste seguimento, de acordo com Cardim (2000), in Fonseca, (2012), a formação profissional é definida como um conjunto de atividades que visam, essencialmente, a

aquisição de competências práticas e conhecimentos necessários para um emprego. No geral, os jovens entrevistados, identificam este percurso formativo como positivo, o qual, através da aprendizagem em contexto de trabalho, lhes irá permitir alargar conhecimentos, conhecer o mundo laboral e proporcionar maiores oportunidades de integração no mesmo.

Sobre este aspeto, conclui o Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011) que o contacto com o mundo laboral estimula no jovem competências na execução de tarefas, como o cumprimento de horários, o saber procurar ajuda, aceitar críticas e melhorar a sua capacidade de interação.

Os resultados obtidos vão de encontro ao acima exposto, isto é, o sentido de responsabilidade, o espírito de iniciativa e, regras a nível de horários, foram aspetos destacados tanto pelos encarregados de educação como pelos empresários/empregadores locais como competências que têm vindo a ser trabalhadas com sucesso pelos jovens.

Por outro lado, na opinião dos familiares entrevistados, a aprendizagem em contexto de trabalho/estágio cria reais possibilidades de integração no mercado de trabalho. Em alguns dos casos identifica-se uma intenção por parte do empregador em integrar o jovem após o período de estágio. Ora, a integração da pessoa com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho, constitui, como temos vindo a defender ao longo do presente trabalho, um fator decisivo de inclusão social e de independência económica, bem como de valorização e realização pessoal (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012).

Deve realçar-se que o trabalho desenvolvido pelo CRP, não termina com a integração dos jovens em aprendizagem em contexto de trabalho, pois, segundo a técnica entrevistada, estende-se ao acompanhamento do jovem ao longo de todo o percurso, à sensibilização das entidades para uma posterior integração no mundo laboral. Neste sentido, afere-se que o processo de mediação é fundamental à integração, uma vez que tenta promover a ponte entre o jovem e o mercado de trabalho. Infelizmente, de acordo com os testemunhos obtidos, esta integração nem sempre acontece, prevalecendo a dificuldade de integração destes jovens no mercado de trabalho. Este é cada vez mais seletivo e as oportunidades de emprego são dirigidas a indivíduos que se encontram aptos a atender exigências várias, com um nível de autonomia que os jovens portadores de deficiência e incapacidades dificilmente conseguem alcançar.

O terceiro objetivo traçado na fase inicial deste estudo passa por *compreender o papel da reabilitação profissional na formulação de expectativas de vida e realização pessoal dos jovens*. Deste modo, no que concerne às expectativas dos jovens com deficiência e incapacidade, foi possível constatar a ausência de projetos de vida na maioria dos entrevistados, que, não apresentando ambições, motivações e objetivos de vida claramente definidos, se limitam a afirmar - “quero arranjar um trabalho”.

Devemos sublinhar que os próprios familiares apresentam baixas expectativas relativamente ao futuro dos seu educandos, embora reconheçam que, ao longo do percurso de formação profissional, estes têm vindo a desenvolver objetivos de vida. Cruzando este resultado com a entrevista à técnica de apoio aos estágios e formadora polivalente, podemos concluir que as expectativas de vida e de realização pessoal são, nestes casos, muito limitadas.

Nesta linha, Schneider e Ferritor (1982), in Pereira, (2016), salientam que nem todos os indivíduos com deficiência atribuem valor à vertente da empregabilidade. Não obstante, sublinham, que parece existir uma estreita identificação entre os objetivos da reabilitação profissional e o trabalho como mediador para a ocorrência de mudanças na vida. Deste modo, podemos afirmar que a formação profissional reúne esforços no sentido de empoderar estes jovens para a construção de projetos de vida que possam motivar o jovem para uma mudança em prol de uma vida socioeconómica estável.

O papel de mediação exercido através da reabilitação profissional na formulação dessas expectativas tem início com o auxílio na definição de estratégias por parte dos técnicos, onde se levantam questões como: “e se tivesses um trabalho? Não gostavas de ter uma casa?”, para que, seguidamente, seja possível capacitar o indivíduo e transformar as suas ambições.

Por fim, referimo-nos ao quarto objetivo definido nesta investigação *compreender a perceção que os atores sociais envolvidos na reabilitação profissional têm do seu contributo para a inclusão social*.

Segundo os resultados obtidos no contacto com a técnica de acompanhamento aos estágios e formadora polivalente, com os encarregados de educação e com alguns empresários/empregadores locais, a reabilitação profissional é vista como promotora do relacionamento com os outros, o que proporciona aos jovens com deficiência e

incapacidade um sentimento de utilidade, que fortalece a sua autoestima e favorece a inclusão social.

Na perspectiva destes atores, a reabilitação profissional funciona bem, ainda que com algumas lacunas, sendo na generalidade uma mais-valia na vida destes jovens. Em comparação com o ensino regular, os empresários/empregadores locais são da opinião que com a integração no CRP se trabalha melhor o desenvolvimento de competências nestes indivíduos, a vários níveis. Não obstante, consideram que o CRP deveria realizar um trabalho ainda mais próximo, por forma a sensibilizar as entidades no que diz respeito às capacidades destes indivíduos, disseminando a ideia de que, apesar das suas limitações, eles são capazes de desempenhar tarefas simples e sem uma carga significativa de responsabilidade.

Todos parecem reconhecer que a incapacidade destes indivíduos gera a falta de confiança no desempenho das suas funções, pelo que a integração no mercado de trabalho acaba por ser um processo difícil. Figueira (2012) sustenta esta ideia, afirmando que existe uma ideia pré-concebida relativamente às competências desta população, mas reforça que, desde que o posto de trabalho seja adequado às suas competências, estes jovens têm capacidades para desenvolver determinadas atividades que devem ser valorizadas,

Figueira (2012) sublinha ainda a forma como o perfil dos trabalhadores tem vindo a alterar-se nos últimos anos, remetendo para a procura de trabalhadores dotados de um conjunto de competências e habilidades diversificadas. A este respeito, os empresários/empregadores locais entrevistados referem que, de facto, o mercado de trabalho está muito diferente, colocando novas exigências ao trabalhador, principalmente ao nível do uso das novas tecnologias e das habilitações académicas, que devem ser mais elevadas.

Ainda relativamente a este propósito, foi possível constatar que os empresários/empregadores locais consideram que os apoios por parte do Estado para a integração de jovens com deficiência e incapacidade são de pouca durabilidade. No entanto, de acordo com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012), encontram-se estipulados apoios e incentivos ao emprego das pessoas com deficiência e incapacidade, não apenas dirigidos à orientação e formação profissional, mas também à adaptação dos postos de trabalho, à instalação por conta própria, à eliminação de barreiras arquitetónicas,

ao acolhimento personalizado na empresa e à compensação por menor produtividade. Por conseguinte, considera-se importante recorrer à mediação no sentido de dar a conhecer às entidades a globalidade dos apoios existentes e os seus benefícios.

Outro aspeto importante referenciado ao longo das entrevistas prende-se com a baixa diversidade das áreas formativas na vertente da reabilitação. Segundo os entrevistados, estas deveriam ser mais abrangentes, promovendo um leque maior de opções e áreas laborais que viabilizem a integração deste público no mercado de trabalho.

Por outro lado, sublinham que os formandos terminam a reabilitação profissional formatados apenas para os métodos de trabalho incutidos no CRP, os quais nem sempre vão ao encontro das práticas desenvolvidas nos contextos de trabalho. Neste sentido, quando estes jovens iniciam o estágio ou são integrados em contratos de trabalho, sentem alguma dificuldade em compreender e aceitar novas formas de desenvolver tarefas, não estando por vezes, abertos a sugestões. Esta capacidade de adaptação parece ser, assim, reconhecida como uma competência a reforçar ao longo do processo de reabilitação profissional.

Em todo o caso, a perceção dos familiares e dos empresários/empregadores locais entrevistados é a de que a reabilitação profissional contribui, indubitavelmente, para a inclusão social dos jovens com deficiência e incapacidade, permitindo abrir portas para o mercado de trabalho. Tal como temos vindo a defender, este é reconhecido como um caminho importante para promover a inclusão social destes jovens. A reabilitação profissional, ao proporcionar ao indivíduo com deficiência e incapacidade um percurso de formação especializada e trabalhando, como referido anteriormente, questões sociais e profissionais, prepara o indivíduo para se tornar capaz e autónomo, favorecendo, de acordo com o presente estudo, a sua inclusão social.

CONCLUSÕES

A presente investigação teve como objetivo o estudo e análise do contributo da formação profissional na inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade, concentrando-se, para este efeito num grupo de jovens do Centro de Reabilitação Profissional do CRIA com deficiência mental. Como tal, tornou-se imprescindível a abordagem à questão da integração no mercado de trabalho como um fator de inclusão social dos portadores de deficiência e incapacidade.

A deficiência representa uma das problemáticas sociais mais relevantes nos dias de hoje, pois constatou-se que, apesar da evolução do seu conceito e das políticas sociais implementadas, este grupo ainda não se encontra totalmente incluído na sociedade.

Foi possível demonstrar ao longo da presente investigação como os modelos que se encontram na base da explicação da deficiência foram evoluindo. Com o reconhecimento da influência do meio ambiente como elemento facilitador ou como barreira ao desenvolvimento, funcionalidade e participação da pessoa com incapacidade, urge privilegiar ações e intervenções que promovam atitudes e políticas sociais positivas. Pretende-se, deste modo, fomentar oportunidades de participação e interação entre o indivíduo e o meio.

A OMS refere-se à deficiência como a restrição ou falta de capacidades para desenvolver habilidades consideradas normais para o ser humano. A incapacidade entende-se como uma desvantagem de carácter individual que decorre da deficiência. Estas condições limitam ou impedem o cumprimento e desempenho de um papel social de carácter temporário ou permanente (Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2011). Por conseguinte, a deficiência mental diz respeito a um indivíduo que apresenta determinadas limitações no funcionamento mental e na realização de tarefas de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento com o outro (Febrá, 2009).

De acordo com Figueira (2012), a adesão à União Europeia trouxe novos recursos a nível de políticas públicas, induzindo a novas dinâmicas relacionadas com esta população. A reabilitação profissional tem vindo a constituir-se, um exemplo de inovação no que concerne às suas práticas, por conseguinte, tem sido objeto de uma gestão pautada por procedimentos modernos.

A formação profissional tem como objetivo inserir o indivíduo na sociedade e facilitar a sua adaptação ao contexto de trabalho. Para tal, deve fomentar a aquisição ou o reforço de competências profissionais, pessoais e sociais, funcionando como uma estratégia de combate ao desemprego e à exclusão social (Santos, 2014).

No decorrer desta investigação, verificou-se que os jovens com deficiência e incapacidade têm vindo a melhorar as suas formas de relacionamento, identificando-se melhorias significativas no que concerne a atitudes comportamentais. Tendo em conta com os argumentos acima expostos, podemos afirmar que o trabalho ao nível das competências destes jovens tem sido bastante profícuo.

Vimos também que os centros de reabilitação profissional devem promover uma formação permeável aos vários contextos, adaptando-se ao ambiente físico ou humano em que ocorre. Neste sentido, a formação profissional deve trabalhar tendo em atenção o plano cognitivo, metodológico, institucional e sociológico, com vista a facilitar a transferência, por parte do indivíduo, das competências adquiridas para situações de trabalho. De acordo com os resultados obtidos, a transferência das competências adquiridas para situações de trabalho tem sido um processo difícil para alguns dos jovens.

O estágio/aprendizagem em contexto de trabalho, que integra um dos percursos de reabilitação profissional disponíveis para estes indivíduos, e sobre o qual se debruçou este estudo, aumenta a possibilidade de integração no mercado de trabalho, sendo reconhecido como um dos pontos fortes da formação profissional. Neste âmbito, foi evidenciado o cuidado acrescido dos técnicos do centro de reabilitação profissional no acompanhamento a estes jovens, exercendo desta forma um papel de mediação, não só com os jovens e as suas famílias, no que respeita ao seu empoderamento, mas também junto dos empresários/empregadores locais no que concerne à consciencialização das capacidades de estes jovens em desempenharem funções proveitosas e dignificantes no mercado de trabalho.

A posterior integração no mercado de trabalho é condicionada por diversos fatores. Estes prendem-se com aspetos que vão desde a capacidade de adaptação ao local de trabalho, até ao ceticismo prevalecente no que diz respeito ao nível de produtividade possível, tendo em conta o tipo de limitação apresentada pelo indivíduo. O mercado de trabalho apresenta graus de exigência cada vez mais elevados, sendo que os empregadores pretendem

trabalhadores totalmente capazes e autónomos e que tenham capacidade de adaptação dentro da organização.

Neste seguimento, considera-se importante um maior esforço na sensibilização das entidades empregadoras no reconhecimento das capacidades do indivíduo, evitando que o foco se mantenha nas suas limitações. Na mesma linha, reconhece-se a necessidade de informar as entidades das medidas de apoio à contratação para pessoas portadoras de deficiência e incapacidade existentes no IEFP.

A falta de reconhecimento social nestes indivíduos provoca nos mesmos uma imagem distorcida da sociedade e de si próprios, limitando a autoestima, as expetativas de vida e a capacidade de adaptação ao meio social. No entanto, a formação profissional, trabalhando ao nível das competências sociais, presta um apoio fundamental ao desenvolvimento do indivíduo com deficiência e incapacidade, preparando-o para integrar a sociedade, de modo a usufruir em pleno dos seus direitos.

Não obstante, as pessoas portadoras de deficiência e incapacidade continuam a ser alvo de estigmas vários, que perpetuam a sua exclusão social. O reconhecimento da incapacidade como uma condição não inerente ao indivíduo encontra-se ainda longe de estar socialmente adquirido. Neste sentido, a valorização da responsabilidade social no respeito pelos direitos humanos deve continuar a ser reforçada, com vista à construção de uma sociedade igualitária e promotora da inclusão social.

Neste sentido, vale a pena recordar Aranha (2002), quando explica que inclusão social é significado de “afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência e circunvizinhança” (in Dellani & Moraes, 2012, p.3). Assim enunciada, a inclusão social remete para a recriação da sociedade, tanto no que se refere à transformação de espaços físicos, como à promoção da mudança da mentalidade dos indivíduos que a constituem, promovendo uma efetiva abertura às diferenças.

Neste sentido, é possível concluir que o papel desempenhado pelos técnicos da ação social junto dos jovens portadores de deficiência e incapacidade é fundamental, enquanto promotores de ações que fomentem a melhoria nas condições de vida e de participação social destes indivíduos.

De acordo com Pinto (2011), o empoderamento é um trabalho a desenvolver em diversas áreas, incluindo a área da reabilitação e do trabalho social. Este processo caracteriza-se por um constructo que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proactivos com políticas e mudanças sociais. Pretende a criação de uma comunidade responsável, onde os indivíduos que dela fazem parte possam ter controlo sobre as suas vidas e participar democraticamente no quotidiano de diferentes modos (Perkins & Zimmerman, 1995, in Crespo, 2013).

Importa referir que a intervenção social deve ser entendida como a vontade de agir, isto é, de fazer parte voluntariamente de uma ação, a fim “de a determinar, de a inflétir, de se tornar mediador e de interpor a sua autoridade” (Robertis, 2011, p.137). Neste sentido, deve realçar-se que o objetivo desta mediação se centra na capacitação do indivíduo para a utilização da sua força pessoal. O indivíduo deve criar e reparar uma rede de relações que se baseie no respeito mútuo, com vista à transformação individual e social (Reis, 2012).

Os resultados obtidos com o presente estudo foram bastante ricos e permitiram uma aproximação à realidade dos jovens com deficiência e incapacidade, assim como ao trabalho desenvolvido pelas entidades em prol da inclusão social dos mesmos.

Face aos argumentos enunciados e aos resultados alcançados, resulta evidente que o trabalho a desenvolver, com os portadores de deficiência e incapacidade consiste num processo de intervenção social, centrado na mediação entre o indivíduo e a sociedade no seu todo, no âmbito do qual se promovem ações de capacitação, permitindo a criação de uma ponte entre as partes, com o intuito de facilitar o processo de inclusão social. De entre elas, destacamos a reabilitação profissional.

BIBLIOGRAFIA

Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional* (1ª ed.). Lisboa Universidade Aberta.

Bampi, L., Guilhem, D., e Alves, E. (2010). Modelo Social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Revista Latino-Am Enfermagem*. Jul-ago 2010, 18(4), 1-9. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf. Consultado em 10 de abril de 2017.

Barros, P. (2013). *A prática do empoderamento no rendimento social de inserção*. Tese de Doutoramento não editada. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa: Braga.

Boavida, J. & Amado, J. (2006). A especificidade epistemológica das ciências humanas. In Boavida, J. e Amado, J. (2006), *Epistemologia, Identidades e Perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 73-128.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994) Características da investigação qualitativa. In Bogdan, R. & Biklen, S. (1994), *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, pp. 47-51.

Borba, A. & Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, nº106, pp. 219-240.

Cardoso, A. (2014). *Conflitos e dilemas éticos no trabalho social: uma análise do trabalho dos técnicos de infância e juventude da segurança social*. Dissertação de Mestrado não editada. Universidade Católica Portuguesa: Porto.

Casa-Nova, M. J. (2013). Os ciganos é que não querem integrar-se?. In Soeiro, J., Cardina, M., e Serra, N. (Coord.), *Não Acredite em tudo o que pensa: mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Edições Tinta da China, pp. 213-222.

Crespo, A. (2013). *Deficiência Mental Moderada e Empowerment: Um estudo de caso na CERCIGuarda*. Dissertação de Mestrado não editada. Universidade da Beira Interior: Covilhã.

Dellani, M. & Moraes, D. (2012). Inclusão: caminhos encontrados e descobertas. *Rei – Revista de Educação do Ideau*. Vol. 7, n° 15.

Dias, V. (2009). Prevenção, habilitação, reabilitação e integração das pessoas com deficiência na geração de novas políticas sociais. In Vieira, R., Margarido, C. & Mendes, M. (Org.) *Diferenças, Desigualdades, Exclusões e Inclusões*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 187-196.

Faria, S. & Vieira, R. (2016). Epistemologia e Metodologia em Mediação e Ciências Sociais. In R. Vieira, J., Marques P., Silva, A., Vieira & C. Margarido (Orgs.). *Espaços e Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 105-124.

Fazenda, I. (2005), Empowerment e participação, uma estratégia de mudança. *Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social*. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/46170591/Empowerment-e-participacao-uma-estrategia-de-mudanca>. Consultado a 18 de dezembro de 2016.

Febra, M. (2009). *Impactos da Deficiência Mental na Família*. Dissertação de Mestrado não editada. Faculdade de Medicina de Coimbra: Coimbra.

Ferreira, I. (2010). *Formação profissional destinada a pessoas com deficiência visual: um estudo de casos*. Dissertação de Mestrado não editada. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa: Lisboa.

Fernandes, P. e Aguiar, O. (2010). Deficiência mental leve: aspetos educacionais e sociofamiliares. *Revista científica eletrônica de psicologia*. Nº 14.

Figueira, D. (2012). *Acesso ao Mercado de Trabalho: o caso das pessoas com Deficiência Mental*. Dissertação de Mestrado não editada. Universidade da Beira Interior: Covilhã.

Fonseca, C. (2012). *Reflexão sobre o papel do técnico na qualificação e integração socioprofissional de pessoas com deficiências e incapacidades*. Relatório Profissional de Mestrado não editado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa.

Freire, M. (2009). *Agentes de Socialização no Desporto Adaptado: o caso Português do basquetebol em cadeira de rodas*. Monografia de Licenciatura em Sociologia do Desporto não editada. Universidade de Coimbra: Coimbra.

Guerra, I. C. (2006). As diferentes funções e formas de utilização. In Guerra, I. C. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia, pp. 35-60.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). Como inquirir? As entrevistas. In Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992), *O inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora, pp. 69-111.

Goffman, E. (1981). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC Editora.

Instituto Nacional para a Reabilitação (2011). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência*. Disponível em <http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Consultado a 20 de Janeiro de 2017.

Instituto de Emprego e Formação Profissional (2016). *Guia organizativo: formação profissional e certificação de pessoas com deficiência e incapacidade*. Disponível em https://www.iefp.pt/documents/10181/227612/2016_03_09_Guia_Organizativo_Formacao_Profissional_Certificacao_Pessoas_Deficiencias.pdf/1fc3a5d2-e97b-428f-94d7-c2fa60f43c5a. Consultado a 25 de março de 2017.

Jarez, X. (2002). A Mediação. In Jarez, X. (2002), *Educação e Conflito: guia de educação para a convivência*, Lisboa: Asa Editores, 149-173.

Lopes, M. (2011). *Metodologias de investigação em animação sociocultural*. Chaves: Intervenção – Associação para a promoção e divulgação cultural.

Maciel, M. (2000). Portadores de deficiência: a questão da inclusão social, in *São Paulo em Perspetiva*, 14(2), pp. 51-56.

Malhado, C. (2013). *A deficiência mental e o mundo laboral: representações e vivências*. Dissertação de Mestrado não editada. Instituto Politécnico de Bragança: Bragança.

Ferreira, M., Santos, P., e Santos, M. (2012). A desconstrução do conceito de *Deficiência Mental* e a construção do conceito de *Incapacidade Intelectual*: de uma perspetiva estática a uma perspetiva dinâmica da funcionalidade, in *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 18, nº 4.

Martins, P. (2014). *Museus (in)capacitantes: deficiência, acessibilidade e inclusão em museus de arte*, Vol 1. Tese de Doutoramento não editada. Universidade de Lisboa: Lisboa.

Mazzotti, A.J.A (2006). Usos e abusos dos estudos de caso, in *Cadernos de Pesquisa*, vol. 36, nº 129, pp. 637-651.

Meirinhos, M. e Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em Educação. *EDUSER: revista de educação*, Vol 2, pp. 49-65.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006). *1º Plano de Ação Para a Integração da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, Gabinete de Comunicação.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012). *O Emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade: uma abordagem pela igualdade de oportunidades*. Lisboa: Centro de Informação e Documentação GEP-CID.

Moreira, L. (2011). Deficiência intelectual: conceitos e causas, in *Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual*, pp. 35-41.

Oliveira, A. & Freire, I. (2009). *Sobre... a mediação sócio-cultural*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Acidi).

Oliveira, A., Galego, C. e Goudinho, L. (2005). *A mediação sociocultural: Um puzzle em construção*. Observatório da Emigração: Alto-Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas.

OMS (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Lisboa: OMS.

Organização Mundial da Saúde (2011). *Relatório Mundial Sobre A Deficiência*. São Paulo: OMS. Serviços Linguísticos.

Pereira, A. (2016). *Prática profissional do Assistente Social no contexto da Incapacidade Intelectual*. Dissertação de Mestrado não editada. Escola Superior de Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria: Leiria.

Pinto, C. (2009). Serviço social na modernidade tardia: que empowerment é possível?. *Lusíada: Intervenção Social*, nº 35, pp. 339-410.

Pinto, C. (2011). *Representações e Práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento não editada. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1988). *Manuel de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva: Lisboa.

Reis, I. (2012). *Intervenção social com famílias multiproblemáticas: Diálogos entre a sistémica e a mediação*. Dissertação de Mestrado não editada. Faculdade das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa: Porto.

Robertis, C. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*, Porto: Porto Editora.

Rodrigues, D. (2009). A inclusão das pessoas com deficiência: reflexões para entender e agir. In Vieira, R., Margarido, C. & Mendes, M. (Org.), *Diferenças, Desigualdades, Exclusões e Inclusões*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 181-186.

Santos, A. (2014). *Inserção socioprofissional e empregabilidade da pessoa com deficiência: contributos das ofertas de formação*. Dissertação de Mestrado não editada. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Coimbra.

Torremorell, M. (2008). *Cultura da mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.

Vieira, A. (2014). Intervenção social: mediações, prevenção e resolução, in *Página da Educação*, pp. 32-33.

WERNECK, C. (2004). Modelo médico x Modelo social da deficiência, In *Manual da mídia legal 3: comunicadores pela saúde / Escola de Gente*. Rio de Janeiro: WVA Editora, pp. 16-20.

Weber, P. (2011). *Dinâmicas e Práticas do Trabalhador Social*. Porto: Porto Editora.

Sites consultados:

Instituto do Emprego e Formação Profissional. Disponível em <https://www.iefp.pt/apoios>. Consultado a 15 de Abril de 2017.

Instituto Nacional para a Reabilitação. Disponível em <http://www.inr.pt/>. Consultado a 12 de Fevereiro de 2017.

Organização Mundial da Saúde. Disponível em <http://www.who.int/eportuguese/countries/prt/pt/>. Consultado a 10 de Outubro de 2016.

Legislação consultada:

Decreto-Lei n.º 40/83 de 25 de Janeiro. *Diário da República n.º 20/1983 – I Série de 1983-01-25*. Lisboa: Ministério do Trabalho.

Decreto-Lei n.º 247/89 de 5 de Agosto. *Diário da República n.º 179 – I Série de 1989-08-05*. Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 290/2009 de 12 de Outubro. *Diário da República n.º 197/2009 – I Série de 2009-10-12*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Lei n.º 38 de 18 de Agosto. *Diário da República n.º 194/2004 – I Série A de 2004-08-18*: Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 6/71 de 8 de Novembro. *Diário do Governo n.º 262/1971 – I Série de 1971-11-08*: Lisboa: Presidência da República.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Caracterização do contexto empírico

Cidade de Abrantes

Abrantes caracteriza-se por uma cidade bem localizada, uma vez que se situa no centro das grandes acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, nomeadamente, no eixo da autoestrada Lisboa/Porto, pela A23 e Linha da Beira Baixa. Situa-se no centro do território de Portugal Continental, sendo ponto de transição entre zonas diferentes, tais como o Ribatejo, Beira Baixa e o Alto Alentejo (Câmara Municipal de Abrantes).

É uma cidade de serviços, com forte vocação e tradição industrial, bem como com forte tradição e potencialidades turísticas para atração de visitantes. A nível económico, o concelho é muito diversificado, no entanto a sua predominância concentra-se no sector terciário, porém, o sector primário e secundário também prevalecem nos dias de hoje.

A diversidade de setores económicos existentes leva a uma diversidade de serviços oferecidos, constituindo um ponto forte para o desenvolvimento da região, atraindo população e possibilitando uma maior dinâmica e desenvolvimento dos recursos locais.

A nível cultural, Abrantes centra-se no consumo de produtos culturais internos e externos, apelando também a projetos associados à música, dança, entre outros. Muitas vezes são através de projetos deste género, promovendo a solidariedade social, que se angariam alguns fundos sociais, o que constitui mais um ponto benéfico para as Instituições do Concelho. As iniciativas desenvolvidas constituem de igual forma momentos de encontros de amigos e famílias, promovendo o convívio e a sociabilização, minimizando o isolamento social.

O CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes

O CRIA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. A principal **missão** desta Instituição é acolher, formar e apoiar a integração familiar e social das pessoas contribuindo para a satisfação das suas necessidades e expectativas numa perspetiva de equidade e promoção do desenvolvimento humano e social da comunidade.

Tem como **visão** ser uma entidade de economia social, de âmbito regional, intervindo no domínio do desenvolvimento humano e social visando uma sociedade inclusiva, particularmente na área da deficiência, afirmando-se como uma referência pelas políticas de qualidade, melhoria contínua, envolvimento em parcerias e foco no cliente.

Presta serviços em várias áreas como: a nível educacional, de atividades ocupacionais, formação profissional, lar residencial, centro de recursos para a inclusão, projetos de intervenção precoce, rendimento social e inserção, ajuda alimentar a carenciados, intervenção familiar e integra ainda, em parceria com o Município de Abrantes, a rede social do concelho e o banco social de Abrantes. Atualmente conta também com o Projeto Contrato Local de Desenvolvimento Social- CLDS 3G Abrantes e com a Rele Local de Intervenção Social - RLIS Sardoal/Mação.

Na área educacional presta apoio a crianças portadoras de deficiência na idade da escolaridade obrigatória, encaminhadas pelo ministério da educação. Esta fase de aprendizagem pode prolongar-se até a criança atingir os 18 anos de idade. Entretanto, o CRIA, à semelhança de muitas outras instituições de educação especial, implementou o processo de “reorientação das escolas especiais em centros de recursos para a inclusão”. Por isso, tem em funcionamento o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) com intervenção em diversos estabelecimentos de ensino dos agrupamentos de escolas de Abrantes, Constância e Sardoal e também na escola profissional de desenvolvimento rural de Abrantes, localizada em Mouriscas. No Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), é prestado apoio aos cidadãos, maiores de 18 anos, portadores de deficiência que os impede da autonomia de vida, promovendo diversas atividades ocupacionais e valorizando as capacidades individuais.

O lar residencial entrou em funcionamento em Julho de 2007. Tem capacidade para 20 utentes, preferencialmente com elevado grau de dependência ou sem estrutura familiar que lhes possa prestar os cuidados básicos para uma vida com dignidade.

Relativamente ao Centro de Reabilitação Profissional do CRIA, este funciona desde 1989 e tem como objetivo promover ações de formação profissional que visam a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais.

Neste momento os formandos frequentam ações de Formação Profissional, por um período máximo de 3600 ou 2900 horas, consoante se trate do percurso B (com equivalência ao 9º ano de escolaridade), ou do percurso C (que certifica profissionalmente), inclui formação na Instituição (Formação tecnológica, Formação de base e Formação para a Integração) bem como Formação Prática em Contexto de Trabalho, nas empresas e Instituições da região. São percursos formativos que procuram dar resposta às áreas empresariais envolventes. Assim, no Percurso B, promovemos as saídas profissionais de Operador(a) de acabamentos de madeira e mobiliário, Operador(a) de serralharia, Operador(a) de jardinagem e Empregado(a) de andares; bem como no Percurso C, as saídas profissionais de Operador(a) de agropecuária, Operador(a) de serralharia civil, Operador(a) de conservação e restauro de madeiras e Confeção de doces e salgados.

A Formação Profissional conta ainda com apoio nas áreas de Psicologia e Serviço Social, que complementam e contribuem para que os objetivos sejam atingidos pelos formandos.

O programa CLDS-3G tem como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social. Este foi criado com a finalidade originária de promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

Os CLDS-3G, como importante instrumento de intervenção de proximidade, são fortalecidos na sua base de atuação, realinhando-se os seus objetivos fundamentais, reforçando-se a proatividade de todos os agentes na busca de soluções para as diferentes problemáticas dos cidadãos e promovendo o crescimento sustentável e inclusivo dos territórios.

A RLIS é uma plataforma colaborativa local de intervenção social, que deve ser considerada como um instrumento privilegiado na articulação entre as várias entidades multissetoriais representadas nas estruturas locais com responsabilidades no desenvolvimento de serviços de ação social.

Na área da intervenção social direcionada para a comunidade, o CRIA integra diferentes parcerias, procurando contribuir para a solução dos problemas sociais existentes na comunidade onde se insere. Neste âmbito, a instituição é uma das entidades responsáveis

pelo desenvolvimento das ações de acompanhamento do rendimento social de inserção para o Concelho de Abrantes.

Para o desempenho de vasto conjunto de atividades o CRIA possui os meios considerados necessários: salas de aula, salas de informática, salas ocupacionais, gabinetes técnicos (psicologia, sociologia, serviço social, terapia da fala, gestão). O CRIA abrange os concelhos de Abrantes, Constância, Gavião, Mação e Sardoal.

APÊNDICE 2

Guião de Entrevista Individual – Técnica de Apoio aos Estágios e Formadora Polivalente

Tema: A inclusão social de jovens com deficiência/incapacidade integrados no Centro de Reabilitação Profissional.

Objetivos Gerais:

Compreender de que modo o Centro de Reabilitação Profissional contribui com a sua formação profissional para o desenvolvimento de competências dos jovens;

Compreender o que pensa da integração dos jovens portadores de deficiência/incapacidade no mercado de trabalho;

Entender de que modo a formação profissional dada contribui para a inclusão social dos jovens na sociedade.

1. Apresentação

1.1 Apresentação do Entrevistador;

1.2 Exposição dos objetivos da entrevista;

1.3 Garantia de confidencialidade;

1.4 Solicitação de autorização para a gravação da entrevista;

1.5 Motivar o entrevistado para responder às questões.

2. Caracterização do entrevistado

2.1 “Fale-me sobre si”

- Idade, nível de escolaridade, estado civil, naturalidade, área de formação.

2.2 “Qual o papel que desempenha no Centro de Reabilitação Profissional?”

- Explorar funções desempenhadas

3. Entender de que modo a formação profissional fomenta o desenvolvimento de competências nos jovens portadores de deficiência/incapacidade

3.1 “De que modo pensa que o percurso de formação profissional contribui para o desenvolvimento de competências dos jovens portadores de deficiência/incapacidade?”

- Explorar quais as competências desenvolvidas e de que modo este trabalho é realizado

4. Problemáticas identificadas relativamente à integração no mercado de trabalho

4.1 “Pensa que existem dificuldades na integração dos jovens no mercado de trabalho?”

- Explorar se identifica necessidades e quais são

4.2 “Qual a sua função na formação profissional?”

- Analisar qual o papel desempenhado pela técnica

4.3 “Enquanto técnica que promove a articulação entre os formandos e os locais de estágio, quais as dificuldades com que se depara nesta fase? “

- Identificar dificuldades reais no contacto com as entidades/empresas

4.4 “Considera que exerce uma função de mediação entre os jovens e a sociedade?”

- Aprofundar a questão da ponte que se constrói entre os jovens e a sociedade

5. Contributos da formação profissional na inclusão social dos jovens portadores de deficiência/incapacidade

5.1 “Como pensa que será o percurso destes jovens após a formação? Em que medida pensa que eles terão mais oportunidades de se sentirem realmente incluídos na sociedade?”

- Explorar uma aproximação à realidade, qual a perspetiva desta técnica que lida com esta problemática de modo mais próximo

6. Término da entrevista

6.1 Informar que deu a entrevista por terminada.

6.2 Colocar em aberto a partilha de outras informações

APÊNDICE 3

Guião de Entrevista Individual – Formandos do Centro de Reabilitação Profissional do CRIA

Tema: A inclusão social de jovens com deficiência/incapacidade integrados no Centro de Reabilitação Profissional.

Objetivos Gerais:

Recolha de informação sobre o significado que o jovem atribui à sua integração no Centro de Reabilitação Profissional;

Compreender de que forma o seu percurso no Centro de Reabilitação Profissional influenciou as suas expectativas de vida e realização a nível pessoal;

Recolha de informação sobre a forma como este perspetiva a experiência de integração em estágio, sendo esta um primeiro contacto com o mercado de trabalho.

1. Apresentação

1.1 Apresentação do Entrevistador;

1.2 Exposição dos objetivos da entrevista;

1.3 Garantia de confidencialidade;

1.4 Solicitação de autorização para a gravação da entrevista;

1.5 Motivar o entrevistado para responder às questões.

2. Caracterização do entrevistado

2.1 “Fala-me sobre ti”;

- Sítio onde nasceu, idade, curso que frequenta, coisas que mais gosta de fazer.

2.2 “Quais as tuas expectativas relativamente ao teu futuro?”

- Como se imagina daqui a alguns anos, como gostaria que fosse a sua vida futuramente.

2.3 “Que profissão gostarias de vir a ter no futuro?”

3. Significado atribuído à sua integração no Centro de Reabilitação Profissional

3.1 “Gostas de estar no CRIA?”

- Explorar sentimentos e significados atribuídos a este acontecimento, se foi positivo ou negativo.

3.2 - “Quais as mudanças que ocorreram na tua vida quando integraste o CRIA?”

- Identificar alterações positivas e/ou negativas

3.3 – “Qual a relação com os formadores e colegas?”

- Explorar relações desenvolvidas, se são boas ou más, facilitando ou não a sua integração

3.4 “Como achas que seria se continuasses numa escola pública? ”

- Será que teria sido diferente? Melhor? Gostaria mais ou está feliz aqui?

4. Análise do percurso de formação profissional decorrido

4.1 – “Consideras relevante a formação que te foi dada ao longo deste percurso?”

4.2 – “De que modo contribuiu para a tua motivação/capacitação a nível profissional?”

4.3 – “Sentes que tanto a nível pessoal como profissional esta formação é uma mais-valia para que te possas sentir integrado na sociedade?”

5. Expetativas relativamente ao início de período de estágio

5.1 “Tenho conhecimento que irás iniciar estágio brevemente, como pensas que irá ser?”

- Explorar as suas motivações e expetativas relativamente ao primeiro contato com o mercado de trabalho.

5.2 “Como pensas que te irás relacionar com os colegas de trabalho?”

- Explorar expectativas relativamente às relações laborais.

5.3 “Pensas que este estágio irá ser útil na tua integração neste meio?”

- Explorar pontos positivos e negativos

6. Término da Entrevista

6.1 Informa-se que a entrevista terminou;

6.2 Questionar se existe alguma informação que gostaria de partilhar.

APÊNDICE 4

Guião de Entrevista Individual - Famílias

Tema: A inclusão social de jovens com deficiência/incapacidade integrados no Centro de Reabilitação Profissional.

Objetivos Gerais:

Recolha de informação sobre o significado que o familiar atribui à integração do jovem com deficiência e incapacidade no Centro de Reabilitação Profissional;

Compreender de que forma este percurso no Centro de Reabilitação Profissional produziu alterações nas expetativas de vida e realização a nível do jovem com deficiência e incapacidade;

Entender se a integração no Centro de Reabilitação Profissional provocou alterações comportamentais e relacionais no jovem com deficiência e incapacidade;

Recolha de informação sobre a forma como o jovem se encontra a vivenciar a fase de aprendizagem em contexto de estágio.

1. Apresentação

1.1 Apresentação do Entrevistador;

1.2 Exposição dos objetivos da entrevista;

1.3 Garantia de confidencialidade;

1.4 Solicitação de autorização para a gravação da entrevista;

1.5 Motivar o entrevistado para responder às questões.

2. Caracterização do entrevistado

2.1 “Fale-me um pouco primeiro sobre si”;

- Sítio onde nasceu, idade, escolaridade, profissão, grau de parentesco.

2.2 “Fale-me um pouco agora sobre o jovem”

3. Significado atribuído à integração do jovem com deficiência e incapacidade no Centro de Reabilitação Profissional

- 3.1 “Pensa que o jovem x gostou de ser integrado no Centro de Reabilitação Profissional?” - Explorar sentimentos e significados atribuídos a este acontecimento, se pensa que foi positivo ou negativo para o jovem.
- 3.2 “Quais as mudanças que identifica no jovem após esta integração?”
- Identificar alterações positivas e/ou negativa.
- 3.3 “Como acha que seria para ele(a) se continuasses numa escola pública?
- Será que teria sido diferente? Melhor? Gostaria mais ou está feliz aqui?
- 3.4 “Considera que esta passagem pelo centro teve alguma influência nos projetos de vida dele? ”
- Tentar entender se em contexto familiar o jovem começou a demonstrar objetivos de vida.

4. Percurso de formação profissional percorrido e competências desenvolvidas

- 4.1 – “Em que medida considera que esta experiência vai contribuir para a integração do jovem no mercado de trabalho?”
- 4.2 – “Desde que o jovem integrou o CRIA, que competências pensa que este desenvolveu?” - Desenvolver a nível de competências comportamentais e relacionais.
- 4.3 – “Até que ponto sente que esta formação é uma mais-valia para que o jovem se possa sentir integrado na sociedade?”

7. Aprendizagem em contexto de trabalho

- 5.2 “Em relação ao estágio, como pensa que o jovem está a viver esta fase de primeiro contacto com o mundo do trabalho?” – Explorar sentimentos que o jovem possa partilhar em contexto familiar
- 5.3 “Tem ideia do tipo de relacionamento do jovem com os seus colegas de trabalho? – Explorar capacidade de relacionamento
- 5.4 “Tem notado diferenças no jovem desde a integração em estágio?”
- 5.5 “Que expectativas tem em relação ao futuro do jovem x?”
- 5.6 “Pensa que este estágio irá ser útil na sua integração no mercado de trabalho?”

8. Término da Entrevista

6.1 Informa-se que a entrevista terminou;

6.2 Questionar se existe alguma informação que gostaria de partilhar.

APÊNDICE 5

QUESTIONÁRIO DE OPINIÃO

O presente questionário foi realizado no âmbito da unidade curricular de Dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, do Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. O principal objetivo consiste em conhecer a opinião dos empresários/empregadores no que concerne ao desempenho e integração no mercado de trabalho, de jovens portadores de deficiência/incapacidade.

Este questionário destina-se a ser preenchido por empresários/empregadores que se encontram a receber jovens portadores de deficiência/incapacidade, em regime de estágio, no âmbito da sua frequência no Centro de Reabilitação Profissional. Mais se informa que os questionários são anónimos e os seus resultados destinam-se exclusivamente para fins académicos.

Discente:

Vânia Alegre Calhoa

Orientadora:

Professora Susana Faria

Ano 2016/2017

IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

*Obrigatório

Agradecemos que as perguntas de carácter obrigatório sejam respondidas com total sinceridade, sendo que não existem respostas certas ou erradas.

Informação Pessoal*

Idade: ____ anos.

Género : F M

Estado Civil:

- Solteiro
- Casado
- Divorciado
- Viúvo

Habilitações Académicas:

- 1º Ciclo (4º ano concluído)
- 2º Ciclo (9º ano concluído)
- Ensino Secundário (12º ano concluído)
- Bacharelato/ Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

1. Em que ramo profissional se encontra? *

1.1 Há quantos anos se encontra neste ramo? _____

2. Que papel desempenha na entidade?*

3. Enquanto entidade que recebe estágios de jovens portadores de deficiência/incapacidade, quais os benefícios para a entidade da concretização dos mesmos? *

4. Indique o número de estagiários que a entidade já recebeu: ____

5. Tem conhecimento da existência de indivíduos portadores de deficiência/incapacidade que se encontrem atualmente como trabalhadores da entidade?*

SIM NÃO

5.1 Se respondeu “SIM”, como caracteriza o trabalhador portador de deficiência/incapacidade?

6. Identifique fatores que considere relevantes para os empregadores na decisão de contratar ou não jovens portadores de deficiência/incapacidade:*

- Falta de informação sobre os incentivos à contratação de portadores de deficiência/incapacidade;
- Fatores sociais (estigmatização associada ao tema);
- Insegurança na capacidade para a realização de tarefas de acordo com as restrições causadas pela deficiência e/ou incapacidade;
- Baixas habilitações académicas
- Tipo e grau de formação profissional adquirida
- Tipo de deficiência/incapacidade (física, mental, visual e auditiva).

7. Pensa que os indivíduos portadores de deficiência/incapacidade necessitam de uma maior supervisão que os restantes trabalhadores?*

SIM NÃO

7.1 – Caso tenha respondido “SIM”, justifique:

8. Considera que a integração destes indivíduos em Centros de Reabilitação Profissional é imprescindível para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho?*

SIM NÃO

8.1 Se respondeu “SIM”, assinale os aspetos positivos que associa a este programa:*

- Permite o desenvolvimento de competências numa área de formação especializada;
- Contribui para o aumento das habilitações literárias;
- Fomenta o autorreconhecimento do individuo;
- Estimula a autonomia e o poder de decisão através da capacitação do individuo;
- Aumenta as possibilidades de integração no mercado de trabalho;
- Estimula o desenvolvimento de competências relacionais, beneficiando a integração em equipas de trabalho;
- Contribui para a inclusão social dos jovens portadores de deficiência/incapacidade a nível pessoal e profissional.

9. Considera que a sociedade atual discrimina portadores de deficiência/incapacidade?

SIM NÃO

Caso esteja disponível para continuar a colaborar neste estudo, por favor, deixe o seu contato:

Muito obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE 6

Guião de Entrevista Individual – Empresários/empregadores locais

Tema: A inclusão social de jovens com deficiência/incapacidade integrados no Centro de Reabilitação Profissional.

Objetivos Gerais:

Compreender quais os motivos que levam ou não à contratação de jovens portadores de deficiência/incapacidade;

Entender qual a opinião dos empresários/empregadores relativamente às capacidades de jovens portadores de deficiência/incapacidade;

Conhecer a opinião dos empresários/empregadores no que concerne aos benefícios da formação profissional no desenvolvimento das competências de jovens portadores de deficiência/incapacidade;

Compreender a importância atribuída à inserção de jovens portadores de deficiência/incapacidade na formação profissional como fator de inclusão social.

1. Apresentação

1.1 Apresentação do Entrevistador;

1.2 Exposição dos objetivos da entrevista;

1.3 Garantia de confidencialidade;

1.4 Solicitação de autorização para a gravação da entrevista;

1.5 Motivar o entrevistado para responder às questões.

2. Caracterização do entrevistado

2.1 “Fale-me sobre si”

- Ramo profissional, idade, nível de escolaridade, estado civil, naturalidade.

2.2 “Em que empresa/entidade trabalha, quais as suas funções e há quanto tempo se encontra na empresa/entidade?”

3. Aceitação dos jovens portadores de deficiência/incapacidade em contexto de estágio por parte da empresa/entidade

3.1 “Já teve na sua empresa algum jovem portador de deficiência/incapacidade em contexto de estágio ou contrato de trabalho?”

3.1.1 (Se sim) “O que o/a leva a aceitar jovens portadores de deficiência/incapacidade em contexto de estágio? Como tem sido essa experiência”

3.1.2 (Se não) “Porque motivo? Nunca surgiu oportunidade”

- Explorar motivos

4. Motivos que levam ou não à contratação de jovens portadores de deficiência/incapacidade

4.1 “O que pensa que dificulta a integração destes jovens no mercado de trabalho?”

- Explorar os motivos que pensam que leva à não contratação de jovens portadores de deficiência/incapacidade;

- Explorar questões relacionadas com a supervisão durante o trabalho e as relações com os colegas;

5. Identificar as capacidades dos jovens portadores de deficiência/incapacidade na ótica do empregador

5.1 “Apesar das limitações que os jovens portadores de deficiência/incapacidade possam ter, o que pensa das suas capacidades?”

- Compreender se são capazes de identificar ou não capacidades nestes jovens;

- Se sim, compreender se pensam que essas capacidades são valorizadas pela sociedade.

6. Opinião sobre o contributo da formação profissional para os jovens portadores de deficiência/incapacidade

6.1 “O que pensa sobre a formação profissional dada a estes jovens?”

- Explorar aspetos positivos e/ou aspetos que possam ser melhorados

6.2 “Que tipo de competências considera fundamental desenvolver, tendo em vista a integração destes jovens no mercado de trabalho?”

- Explorar os benefícios das aprendizagens especializadas numa área dadas aos jovens

7. A formação profissional enquanto fator que impulsiona a inclusão social

7.1 “Vários estudos defendem que a formação profissional desenvolve competências formativas, mas também relacionais, o que pensa disto?”

- Explorar a opinião sobre a capacidade dos jovens portadores de deficiência/incapacidade se relacionarem com os outros indivíduos na sociedade

7.2 “Como pensa que a formação profissional contribui para a inclusão social destes jovens?”

- Explorar a perspectiva da integração no mercado trabalho como fator de inclusão social e qual a importância da formação profissional neste.

8. Término da entrevista

8.1 Informar que deu a entrevista por terminada

8.2 Colocar em aberto a partilha de outras informações

APÊNDICE 7

Exemplo de transcrição de entrevista

Transcrição de Entrevista

Entrevista nº 5

Local: Centro de Recuperação e Integração de Abrantes

Tema: A inclusão social de jovens com deficiência/incapacidade integrados no Centro de Reabilitação Profissional.

Duração: 6 minutos

Observações: 20 anos; Formando do Centro de Reabilitação Profissional

Entrevistador: O meu nome é Vânia, e estou aqui para te fazer uma entrevista, no âmbito de um estudo que estou a realizar para o meu mestrado. Quero que te sintas à vontade, vamos fazer isto como se fosse uma conversa normal e quero que saibas que vai ser mantida toda a confidencialidade, portanto o teu nome verdadeiro e idade não vão ser utilizados, vão ser apenas guardados para fins do estudo. Gostaria apenas de te pedir autorização para a gravação da entrevista. Podemos começar?

Entrevistador: Então fala-me um bocadinho de ti, onde é que nasceste, que idade é que tens.

Entrevistado nº 6: Tenho 20 anos, nasci em Abrantes.

Entrevistador: Frequentas o curso de?

Entrevistado nº 6: Restauro

Entrevistador: E o que é que mais gostas de fazer? Não só aqui, mas fora daqui na tua vida. Tens hobbies?

Entrevistado nº 6: Estar com os meus amigos

Entrevistador: É o que mais gostas?

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: E o que é que fazem?

Entrevistado nº 6: Conversamos

Entrevistador: Ok. As tuas expetativas relativamente ao teu futuro? Como é que tu te imaginas daqui a alguns anos?

Entrevistado nº 6: Com um emprego, estável

Entrevistador: Nesta área? Queres trabalhar nesta área?

Entrevistado nº 6: Claro

Entrevistador: Gostas?

Entrevistado nº 6: Aprendi muito

Entrevistador: Aprendeste muito ok

Entrevistado nº 6: E se no sítio onde for estagiar, ficar, ainda melhor

Entrevistador: Ainda melhor, ok. Já vi que estás assim orientado

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: Muito bem. E família, gostavas de ter?

Entrevistado nº 6: Por agora não

Entrevistador: Por agora não... Por agora o objetivo é trabalhar, não é?

Entrevistado nº 6: Daqui a uns anos...

Entrevistador: Sim, estou a falar daqui a uns anos

Entrevistado nº 6: Ah isso sim

Entrevistador: Ok. Então e gostavas de trabalhar nesta área, pronto do restauro, mas tens algum sonho de profissão?

Entrevistado nº 6: Também gosto de jogar futebol

Entrevistador: Ok, pronto. Se não fosse nesta área, gostavas de jogar futebol

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: Então e gostas de estar aqui no CRIA?

Entrevistado nº 6: Gosto

Entrevistador: É bom para ti, tem aspetos positivos?

Entrevistado nº 6: Sim, fiz bons amigos, conheci gente nova, uns da minha idade outros abaixo

Entrevistador: Mais novos, sim... e aspetos negativos identificas algum? Alguma coisa menos boa...

Entrevistado nº 6: Não

Entrevistador: Não? E que mudanças é que ocorreram na tua vida, desde que vieste para aqui para o CRIA?

Entrevistado nº 6: Mudanças...

Entrevistador: Sim, que alterações é que sentiste? Foi bom vires para aqui, mas a nível pessoal o que é que sentiste? Que mudanças é que existiram para ti...

Entrevistado nº 6: Cresci... Cresci mais um bocadinho

Entrevistador: Cresceste mais um bocadinho, isso é muito importante

Entrevistado nº 6: Para melhor, antes andava a faltar às aulas, agora já não...

Entrevistador: Não gostavas de estar...

Entrevistado nº 6: Na escola

Entrevistador: Na escola... portanto foi melhor para ti teres vindo para aqui do que teres continuado numa escola pública. Dás-te bem portanto com os teus formadores e com os teus colegas?

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: E antes de teres vindo para aqui, ou seja, consideras que o facto de teres vindo para aqui te permitiu desenvolver mais a capacidade de te relacionares com os outros

Entrevistado nº 6: Sim, antes falava menos agora já não

Entrevistador: Isso é geral. Não tens tanta vergonha...

Entrevistado nº 6: Ao início tinha, um bocado de timidez... depois comecei a falar com o pessoal todo...

Entrevistador: E isso reflete-se lá fora?

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: Ou seja, quando sais daqui, noutro tipo de relações que tens já te sentes mais à vontade, é mais fácil para ti integrares-te na vida social?

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: Ok. Relativamente à formação em si, já referiste que gostaste não é, que aprendeste muita coisa, portanto, foi positivo, não é?

Entrevistado nº 6: Sim...

Entrevistador: Contribuiu para a tua formação profissional e motivou-te?

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: Ajudou-te a ter um percurso, ou seja, se calhar antes de vires para aqui não tinhas tanto a ideia daquilo que querias fazer depois não é?

Entrevistado nº 6: Sim, não sabia que haviam tantas pessoas assim

Entrevistador: E não são diferentes. Então tanto a nível pessoal como profissional foi uma mais valia? Sem dúvida?

Entrevistado nº 6: Sim

Entrevistador: Relativamente ao estágio, estás motivado?

Entrevistado nº 6: Estou

Entrevistador: E que expectativas é que tens? Como achas que vai correr?

Entrevistado nº 6: Bem, acho que vai correr bem.

....

Entrevistador: Portanto, achas que te vais relacionar bem com os teus colegas de trabalho?

Entrevistado nº 6: Sim, penso que sim

Entrevistador: É tudo positivo, não é? Consideras que este estágio também irá ser uma mais valia para te integrares depois no mercado de trabalho?

Entrevistado nº 6: Sim, vou fazer o que aprendi

Entrevistador: E vai ajudar-te a desenvolveres ainda mais, não é? A crescer ainda mais.

Entrevistado nº 6: Sim...

Entrevistador: Há mais alguma coisa que gostasses de dizer?

Entrevistado nº 6: Não

Entrevistador: Então terminámos.

APÊNDICE 8

Exemplo de quadro de sinopse de entrevista

SINOPSE DE ENTREVISTA

JOVENS COM DEFICIÊNCIA/INCAPACIDADE INTEGRADOS NO CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

ENTREVISTA Nº 5

Categorias	Análise	Excerto da Entrevista
1. Ocupação de tempos livres	Identifica como ocupação de tempos livres estar com os amigos e conversar, revelando alguma capacidade relacional e de integração.	“Estar com os meus amigos (...) conversamos”
2. Expetativas de vida	Demonstra boas expetativas de vida, com objetivos definidos.	“Com um emprego, estável (...)”
3. Perceção de melhorias face ao passado	Julga que foi positivo a integração no CRP e preferível á escola publica.	“Fiz bons amigos, conheci gente nova, uns da minha idade, outros abaixo (...) cresci, cresci mais um bocadinho” “Antes faltava muito às aulas, agora já não...” “Não sabia que haviam tantas pessoas assim”

4. Desenvolvimento de competências após integração no CRP	Demonstra ter desenvolvido competências relacionais.	“Sim... antes falava menos, agora já não (...) ao início tinha um bocado de timidez, depois comecei a falar (...)”
5. Formação profissional adquirida	Considera ter adquirido bem a formação dada e refere ter gostado daquilo que aprendeu.	“Aprendi muito...”
6. Expetativas relativamente ao estágio	Revela motivação para o período de estágio, tanto a nível de aplicação dos conhecimentos que adquiriu como pensa que se irá relacionar bem com os colegas.	“Vou fazer o que aprendi...”
7. Expetativas sobre inserção no mercado de trabalho	Coloca a hipótese da oportunidade de ficar integrado no local de estágio.	“E se no sítio onde for estagiar, ficar, ainda melhor”

APÊNDICE 9

Modelos de consentimento informado

Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

O meu nome é Vânia Alegre Calhoa e sou aluna de Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social, do Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.

No âmbito do trabalho final da unidade curricular de Dissertação de Mestrado, encontro-me a realizar uma investigação com o objetivo de compreender de que modo o Centro de Reabilitação Profissional contribui para a inclusão social dos jovens com deficiência/incapacidade que acolhe.

Neste sentido, venho solicitar a sua participação neste estudo, de forma anónima e confidencial.

Para tal, solicito a sua autorização, compreendendo que:

- ✓ A minha participação neste estudo é voluntária;
- ✓ A minha participação implica aceitar a aplicação de entrevistas para recolha de informação;
- ✓ Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem quaisquer consequências negativas;
- ✓ Toda a informação obtida no presente estudo será confidencial e os dados recolhidos não serão utilizados para outros fins além da investigação em causa.

Assinatura

Data: __/__/____

APÊNDICE 10

Modelo de pedido de autorização

Exmo. Presidente
da Direção do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes

Pedido de Autorização

Eu, Vânia Catarina Alegre Calhoa, com a finalidade de realizar a dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, subordinada ao tema *A inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade: o contributo do centro de reabilitação profissional* solicito autorização para entrevistar e gravar entrevistas, a alguns portadores de deficiência e incapacidade integrados no Centro de Reabilitação Profissional da Instituição que Vossa Excelência preside.

Tendo em conta razões de deontologia profissional, será garantida absoluta confidencialidade dos portadores de deficiência e incapacidade entrevistados, bem como, da respetiva Instituição.

Agradeço, desde já, toda a colaboração prestada.

Com os melhores cumprimentos,

Pede deferimento,

(Vânia Catarina Alegre Calhoa)